

COOFICIALIZAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DE LÍNGUAS



DEBATES E
EXPERIÊNCIAS NO
**II ENCONTRO
NACIONAL**
DE MUNICÍPIOS
PLURILÍNGUES

Gilvan Müller de Oliveira (coord.)

Rosângela Morello (coord.)

Gabriel Plácido Campos (org.)

Emanuelli Vieira de Oliveira (org.)

Caroline Schirmer Götz (org.)

Kerolyn Pereira Sarate (org.)

Andriéle Cristina Stasiak (org.)



GILVAN MÜLLER DE OLIVEIRA (coord.)
ROSÂNGELA MORELLO (coord.)
GABRIEL PLÁCIDO CAMPOS (org.)
EMANUELLI VIEIRA DE OLIVEIRA (org.)
CAROLINE SCHIRMER GÖTZ (org.)
KEROLYN PEREIRA SARATE (org.)
ANDRIÉLE CRISTINA STASIAK (org.)

Cooficialização e Regulamentação de Línguas:
debates e experiências no II Encontro Nacional
de Municípios Plurilíngues

Cátedra UNESCO em Políticas Linguísticas para o Multilinguismo/CCE/UFSC e
Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística (IPOL)
Florianópolis, 2026.



Todos os direitos reservados. Autorizamos a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte e respeitados os direitos autorais.

Coordenação

Gilvan Müller de Oliveira
Rosângela Morello

Revisão

Andriéle Cristina Stasiak
Simone Schwambach

Organização

Gabriel Plácido Campos
Emanuelli Vieira de Oliveira
Caroline Schirmer Götz
Kerolyn Pereira Sarate
Andriéle Cristina Stasiak

Formatação e Diagramação

Gabriel Plácido Campos

Capa

Bárbara Branco Tavares

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária
da Universidade Federal de Santa Catarina

C769 Cooficialização e regulamentação de línguas [recurso eletrônico]: debates e experiências no II Encontro Nacional de Municípios Plurilíngues / coordenadores Gilvan Müller de Oliveira, Rosângela Morello ; organizadores Gabriel Plácido Campos ... [et al.]. – Florianópolis : UFSC/UNESCO/IPOL, 2026.
91 p. : il., gráfs.

E-book (pdf)
ISBN 978-85-8328-467-3

1. Política linguística-Brasil-Congressos . 2. Multilinguismo. I. Oliveira, Gilvan Müller de. II. Morello, Rosângela. III. Campos, Gabriel Plácido. IV. Encontro Nacional de Municípios Plurilíngues (2. : 2025 : Florianópolis, SC).

CDU: 801(81)

Elaborada pelo bibliotecário Alexandre Pedro de Oliveira – CRB-14/1167



UNESCO Chair on
Language Policies for Multilingualism
Federal University of Santa Catarina (UFSC)
Florianópolis, Brazil



unesco
Chair



GT GEOPOLÍTICAS
do Multilinguismo

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Reitor

Irineu Manoel de Souza

Vice-Reitora

Joana Célia dos Passos

CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO

Diretor

Sergio Romanelli

Vice-diretor

Rodrigo Acosta Pereira

CÁTEDRA UNESCO EM POLÍTICAS LINGUÍSTICAS PARA O MULTILINGUISMO

Coordenador

Gilvan Müller de Oliveira

INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EM POLÍTICA LINGUÍSTICA (IPOL)

Coordenadora

Rosângela Morello

FICHA TÉCNICA

Coordenadores

Gilvan Müller de Oliveira

Rosângela Morello

Organizadores

Gabriel Plácido Campos
Emanuelli Vieira de Oliveira

Caroline Schirmer Götz

Kerolyn Pereira Sarate

Andriéle Cristina Stasiak

Autores

Fabiano Schmidt

Camila Barili

Fabrizio José Nazzari Vicroski

Alcimara Aparecida Foetsch

Jessica Turkot

Kaynan Gabriel Schorr

Gabriel Bandeira do Amaral

Angelise Fagundes

Silvana Aparecida Correia

Jorgelina Ivana Tallei

Caique Fernando da Silva Fistarol

Andreza Cipriani

Marcia Regina Selpa Heinzle

Yurico Pillaca Prado

Conselho Editorial

Marci Fileti Martins

Kaya Araújo Pereira

Elaine Roschel Nunes

Myrna Iachinsky Maciel

Carina Merkle

Amanda dos Reis Silva

Bernardino Valente Calossa

Simone Schwambach

Revisão

Andriéle Cristina Stasiak

Simone Schwambach

Formatação e Diagramação

Gabriel Plácido Campos

Capa

Bárbara Branco Tavares

Sumário

Agradecimentos	7
Organizadores	
Apresentação	9
Rosângela Morello	
A vivência da língua pomerana nas escolas e a continuidade de uma cultura de imigração	14
Fabiano Schmidt	
Bilinguismo e políticas linguísticas: o caso da língua talian em Garibaldi – RS	19
Camila Barili	
Leis de cooficialização da língua polonesa no Brasil	28
Fabricio José Nazzari Vicroski	
Os livros de herança disponíveis em espaços públicos: a experiência extensionista da Biblioteca polonesa da Unespar	34
Alcimara Aparecida Foetsch, Jessica Turkott e Kaynan Gabriel Schorr	
Cooficialização de línguas nas Missões Sul-Rio-Grandenses: análise de Leis Ordinárias sob uma perspectiva Glotopolítica	43
Gabriel Bandeira do Amaral e Angelise Fagundes	
Práticas glotopolíticas e integração de estudantes migrantes em escolas em contexto de fronteira	55
Silvana Aparecida Correia e Jorgelina Ivana Tallei	
Problematizações da Política Curricular de Educação Bilíngue da Rede Pública Municipal de Ensino de Blumenau/SC	65
Caique Fernando da Silva Fistarol, Andreza Cipriani e Marcia Regina Selpa Heinzle	
Relación entre Salud Intercultural y Promoción de la Salud: Evidencias desde la Micro Red Vinchos, Huamanga - Ayacucho, Perú 2024	73
Yurico Pillaca Prado	
Carta do II Encontro Nacional de Municípios Plurilingues (II ENMP)	85

Agradecimentos

O II Encontro Nacional de Municípios Plurilíngues (II ENMP) foi realizado nos dias 1 e 2 de setembro de 2025, em formato híbrido, no Auditório Henrique Fontes, do Centro de Comunicação e Expressão (CCE) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Ao longo de dois dias de atividades, o Encontro constituiu um espaço de diálogo, troca de experiências e construção coletiva de saberes e reflexões em torno da regulamentação das políticas de cooficialização de línguas e da promoção do multilinguismo no Brasil, reunindo gestores públicos, pesquisadores, educadores, agentes culturais e demais participantes interessados na valorização da diversidade linguística brasileira.

Agradecemos à Cátedra UNESCO em Políticas Linguísticas para o Multilinguismo (UCLPM/UFSC) e ao Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística (IPOL) pelo apoio, pela parceria e pelo compromisso com a realização deste evento.

Expressamos nossa sincera gratidão aos **coordenadores**, Prof. Dr. Gilvan Müller de Oliveira (coordenador da Cátedra UNESCO) e Profa. Dra. Rosângela Morello (coordenadora do IPOL), bem como à **equipe do GT Geopolíticas do Multilinguismo** – Camila Muniz, Eduardo Bugs Gonçalves, Caroline Schirmer Götz, Gabriel Campos, Kerolyn Sarate, Emanuelli Vieira de Oliveira, Simone Schwambach, Leonardo Alves, Thaisy Bentes de Souza, Simón González Ticora, Kaya Araújo Pereira e Elis Gorett da Silveira Lemos – e ao **Comitê Científico** – Luis Enrique Lopez, Marci Fileti Martins, Ivana Ivo, Maria Cristina Macedo Alencar, Bernardino Valente Calossa, Paulo Jeferson Pilar Araújo, Crisiane Nunes Bez Batti, Lino João Oliveira Neves, Amanda dos Reis Silva, Elaine Roschel Nunes e Myrna Iachinsky Maciel –, cujo empenho, rigor acadêmico e compromisso coletivo tornaram possível a realização deste Encontro.

Agradecemos às **autoridades institucionais** – Giorzane Rigo Cremasco, Luiz Carlos Pinheiro Machado Filho, Sergio Romanelli, Valter Pereira Romano, André Lima Cordeiro, Gerardo Chinchay, Thaisa Yamaue e Regina Helena Santiago –, aos **palestrantes** – Rosângela Morello, Gilvan Müller de Oliveira, Sintia Bausen, João Tonus,

Altamiro Kretzer, Ananda Machado, Valdinei Coutinho, Micael Weitscha, Gerardo Chinchay, Thaisa Yamaue, Regina Helena Santiago, André Lima Cordeiro, Daniel Prado, Diego Gabardo, Suellen Tobler, Jaqueline Nordin e Edgar Marostica –, aos **comunicadores** – Fabiano Schmidt, Camila Barili, Fabrício José Nazzari Vicroski, Alcimara Aparecida Foetsch, Jessica Turkot, Gabriel Bandeira do Amaral, Silvana Aparecida Correia, Caique Fernando da Silva Fistarol e Yurico Pillaca Prado – e às **mediadoras** – Luciane Leipnitz e Carina Merkle –, que, com seus saberes e experiências, enriqueceram as reflexões e os debates, contribuindo para o avanço das discussões sobre políticas de cooficialização de línguas nos municípios brasileiros. Estendemos, ainda, nossa gratidão a todos os ouvintes que estiveram presentes no evento, de forma presencial e virtual, e que contribuíram de maneira significativa para o debate e para a elaboração da Carta do II Encontro Nacional de Municípios Plurilíngues. Agradecemos, ainda, ao Conselho Editorial pela dedicação e pelo cuidado na revisão e organização dos textos que compõem esta publicação. Este e-book é fruto do compromisso coletivo com a diversidade cultural e linguística, assim como com o fortalecimento de políticas públicas que reconheçam e promovam as línguas como direito e recursos sociais. Que a leitura e a circulação dos trabalhos aqui reunidos continuem alimentando as iniciativas que impulsionam práticas plurilíngues em nossos territórios.

Que os diálogos, os saberes e as experiências compartilhados neste Encontro sigam inspirando caminhos de cooperação, reconhecimento e justiça linguística em todo o Brasil, consolidando seu caráter pioneiro como referência para outras regiões do país e para iniciativas internacionais.

Organizadores,
Florianópolis, 2025.

Apresentação

Cooficialização e Regulamentação de Línguas: Debates e Experiências no II Encontro Nacional de Municípios Plurilíngues

Rosângela Morello
IPOL e Cátedra UNESCO UCLPM

As políticas linguísticas existem para nos recordar, em caso de dúvida, os laços estreitos entre línguas e sociedades (Louis-Jean Calvet, 1996).

Poderíamos lembrar de muitas histórias teóricas e afetivas para trazer palavras de Louis-Jean Calvet na apresentação deste livro dedicado a reflexões sobre a política de cooficialização de línguas e as vias para sua regulamentação e implementação em municípios brasileiros. Com textos instigantes e uma presença generosa, Calvet nos expôs a conhecimentos sobre as políticas linguísticas mundo afora que transformaram os nossos caminhos. E, desde aquela década de 1990, sua presença tem sido constante. Ela deu força à formação do IPOL, espaço catalizador de ideias que engendrariam o campo da política linguística no Brasil, e sua voz ecoou em nossas lutas por fazer de nosso país uma *terra de muitas línguas*. Calvet partiu deste mundo em 29 de outubro deste ano de 2025. E nós fazemos coro com suas palavras nas nossas, entoando um canto que é lamento e gratidão. *Au revoir, cher Calvet.*

Mas não só. O canto que agora entoamos é também multilíngue. As 59 línguas cooficializadas em 91 municípios e 3 estados brasileiros – *Cf.* Repositório Brasileiro de Legislações Linguísticas (RBLL) – expressam, sem dúvida, o acerto das palavras de Calvet. Ou seja, a política linguística, neste caso, a política de cooficialização de línguas por municípios e seu alastramento pelo território brasileiro, reafirma os laços estreitos entre as línguas e os que as falam. Seria imprudente dizer que conhecemos todas as texturas,

resistências e profundezas desses laços. Mas é certo afirmar que, quando tocados, desatados, liberados, os laços se fortalecem, crescem, conectam pontos imprevistos, alinham e alinhavam perspectivas. A política municipal de cooficialização de línguas alavancada em 2002 em São Gabriel da Cachoeira pode ser considerada um destes gestos vinculativos, implicantes, alinhadores. E os encontros de municípios com línguas cooficiais, o primeiro ocorrido em 2015 e o segundo neste ano de 2025, podem ser igualmente considerados gestos de natureza vinculadora, seja pelas trocas que proporcionam seja pelas aberturas que impulsionam.

A Carta do II Encontro Nacional de Municípios Plurilíngues, que fecha este livro, expressa esse sentido quando apresenta uma breve história da cooficialização e sua articulação a outras políticas linguísticas dirigidas à promoção do multilinguismo no Brasil. Os textos aqui reunidos, sínteses dos debates do II ENMP, igualmente deixam clara a articulação das políticas linguísticas com as demandas sociais.

No texto *A vivência da língua pomerana nas escolas e a continuidade de uma cultura de imigração*, Fabiano Schmidt tematiza os 20 anos de existência do Programa de Educação Escolar Pomerana (PROEPO) no Espírito Santo, argumentando sobre sua relevância na preservação da Língua Pomerana e no fortalecimento das identidades culturais dos municípios pomeranos no estado. Para o autor, a entrada da língua na escola produz visibilidade e reconhecimento ao patrimônio cultural vinculado a essa língua.

Cabe aqui notar que, inspirados na iniciativa de São Gabriel da Cachoeira, os municípios capixabas de Santa Maria de Jetibá, Pancas, Vila Pavão e Laranja da Terra protagonizaram a cooficialização da língua pomerana entre 2007 e 2009, transportando essa política para as demandas de comunidades falantes de línguas alóctones. Desde então, um total de 11 municípios pomeranos situados no Espírito Santo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Rondônia reconhecem essa língua como cooficial. Subsequentemente, outras línguas faladas por descendentes de imigrantes, entre as quais o o talian, polonês, hunsrückisch, alemão, ucraniano, russo, vestfaliano, plautdietsch, trentino e línguas de sinais, tiveram seus estatutos elevados à cooficialidade.

Em *Bilinguismo e políticas linguísticas: o caso da língua talian em Garibaldi – RS*, Camila Barili apresenta resultados de sua pesquisa de doutoramento e nos conduz a uma viagem pelos 150 de história da imigração de italianos no sul do país. Entre outros pontos, a autora destaca os modos pelos quais a língua talian, hoje cooficial em mais de 40 municípios, vai se reconfigurando e se transformando em terras onde a língua portuguesa é a oficial.

Fabricio José Nazzari Vicroski, representante da língua polonesa junto ao Colegiado Setorial da Diversidade Linguística do Rio Grande do Sul, salienta os benefícios simbólicos e práticos das *Leis de cooficialização da língua polonesa no Brasil*. Promulgadas por 17 municípios, as leis de cooficialização da língua polonesa, de acordo com o autor, atuam no campo simbólico como um elemento de reconhecimento oficial da contribuição dos imigrantes poloneses e seus descendentes no desenvolvimento da sociedade brasileira. No campo prático, há maior segurança jurídica para as autoridades municipais viabilizarem ações e políticas públicas voltadas para a língua, como a emissão de documentos e o atendimento público bilíngues, a inserção da língua polonesa nas políticas linguísticas estaduais e federais e um maior diálogo com os programas de difusão da língua polonesa financiados pelo governo polonês.

Em *Os livros de herança disponíveis em espaços públicos: a experiência extensionista da Biblioteca polonesa da Unespar*, Alcimara Aparecida Foetsch, Jessica Turkot e Kaynan Gabriel Schorr socializam a experiência conduzida no âmbito do Projeto de Extensão “Observatório polonês da Unespar” (Universidade Estadual do Paraná, *Campus* de União da Vitória), em parceria com o Clube Literário Władysław Reymont (CLWR), de constituição de uma biblioteca visando à preservação, mediação e revitalização da cultura e da língua polonesas no Brasil. Iniciada em janeiro de 2020 com a doação dos primeiros exemplares, a biblioteca hoje abriga cerca de dez mil livros em língua polonesa, constituindo um importante acervo de livros de herança e um espaço para oficinas, exposições, cursos, rodas de conversa, eventos de internacionalização e produções acadêmicas. Em destaque está a exploração dos chamados “achados e guardados”, objetos, anotações e registros encontrados nos livros, que revelam trajetórias individuais e coletivas. A biblioteca já recebe visitas acadêmicas e comunitárias e prevê a ampliação das atividades, incluindo curadorias digitais e produções visuais.

As leis ordinárias de cooficialização de línguas de cinco municípios pertencentes ao Conselho Regional de Desenvolvimento Missões (COREDE Missões, RS) são objeto de análise de Gabriel Bandeira do Amaral e Angelise Fagundes no texto *Cooficialização de línguas nas Missões Sul-Rio-Grandenses: análise de Leis Ordinárias sob uma perspectiva Glotopolítica*. Tomando por referência ponderações presentes na “Defesa da Glotopolítica” (*Pour la Glotopolittique*), elaborada pelos sociolinguistas Louis Guespin e Jean-Baptiste Marcellesi (2021), os autores propõem uma reflexão sobre a gestão das línguas impulsionada pelas leis. Elegem, para tanto, três aspectos das leis: “*que textos são estes?*”, “*o que deliberam?*” e “*qual sua abrangência?*”, dirigindo a análise para uma compreensão sobre o estatuto social, histórico e cultural das línguas reconhecidas.

Em *Práticas Glotopolíticas para a Integração de Estudantes Migrantes em Contexto de Fronteira*, Silvana Aparecida Correia e Jorgelina Ivana Tallei expõem sobre a relevância de práticas pedagógicas baseadas na ludicidade, como jogos, músicas e mídias verbo-visuais, para a inclusão linguística e cultural de estudantes migrantes hispanofalantes na Escola Municipal Arlindo Gouveia, em Ramilândia, Paraná, com foco no projeto *Línguas Sem Fronteiras*. Destacando o papel de pequenas ações cotidianas, as autoras ressaltam, como resultados, avanços na autoestima e no pertencimento dos estudantes e redução da xenofobia, reforçando o papel da escola como espaço de resistência e transformação social.

Caique Fernando da Silva Fistarol, Andreza Cipriani e Marcia Regina Selpa Heinzle, no texto *Problematizações da Política Curricular de Educação Bilíngue da Rede Pública Municipal de Ensino de Blumenau/SC*, traçam um histórico da educação bilíngue em Blumenau, Santa Catarina, considerando o período da repressão linguística, o efeito de silenciamento linguístico e as primeiras retomadas no ensino da língua alemã na rede municipal no início dos anos 2000, como foi o caso do projeto PLURES – *Projeto de Política Linguística para a Língua Alemã em Blumenau* (Probst; Fistarol; Pottmeier, 2019). Sob essa perspectiva, analisam experiências e desafios que marcam a instituição da política curricular de educação bilíngue em 2018, contemplando os pares língua portuguesa/língua alemã e língua portuguesa/língua inglesa e a inclusão, em 2020, do par língua portuguesa/língua brasileira de sinais (Libras).

Por fim, temos o texto *Relación entre Salud Intercultural y Promoción de la Salud: Evidencias desde la Micro Red Vinchos, Huamanga - Ayacucho, Perú 2024*, de autoria de Yurico Pillaca Prado. Considerando a existência de barreiras linguísticas e culturais que perpassam os serviços de atendimento à saúde e a necessidade de superá-las, a autora contextualiza as políticas do Estado peruano para assegurar acessibilidade sanitária a uma sociedade multiétnica e multicultural. Com 48 línguas indígenas faladas por quase 450.000 pessoas e 54 povos indígenas distribuídos pelos Andes e Amazônia, o Estado peruano incorporou a *Política Sectorial de Salud Intercultural*, processo marcado, segundo a autora, por avanços e desafios na formação de recursos humanos e na oferta de serviços de tradução e interpretação, como se pode notar na província de Vinchos, departamento de Ayacucho.

Assim se completa nossa coletânea. Depois de tantos dizeres e toadas, só nos resta desejar, a cada um(a), uma experiência de leitura vinculadora, de aprofundamento de laços e composições inovadoras.

Em Florianópolis, Ilha de Santa Catarina,
na primavera de 2025.

Capítulo I

A vivência da língua pomerana nas escolas e a continuidade de uma cultura de imigração

Fabiano Schmidt¹
Faculdades EST

Introdução

A história do estado do Espírito Santo é marcada pelas imigrações, principalmente europeias, ocorridas em meados do século XIX. Dentre os diversos povos imigrantes, destaca-se o povo pomerano, frequentemente desconhecido inclusive por habitantes do próprio estado. Este povo teve e ainda tem um papel fundamental na formação histórica, religiosa, cultural e gastronômica capixaba. No entanto, apesar de sua importância, a língua pomerana e seus traços culturais permaneceram invisibilizados por muito tempo nos ambientes escolares.

Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo analisar a importância do Programa de Educação Escolar Pomerana (Proepo), implementado em 2005, como política pública educacional voltada para a valorização e o fortalecimento da língua e da cultura pomerana no Espírito Santo. Parte-se da hipótese de que a inserção da língua pomerana nas escolas públicas promove não apenas a preservação do idioma, mas também o fortalecimento de identidades culturais e o reconhecimento de um patrimônio imaterial em risco de desaparecimento.

¹ Mestrando em Teologia - Área de Concentração: Teologia, Religião e Linguagens nas Faculdades EST com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: fabiano@estudante.adl.org.br.

Fundamentação Teórica

A origem do povo pomerano remonta à província da Pomerânia, situada próxima ao Mar Báltico, na antiga Prússia. Após a unificação da Alemanha, em 1871, a região passou a integrar o Império Alemão até o ano de 1945, quando, com o fim da Segunda Guerra Mundial e o Tratado de Potsdam, a Pomerânia foi dividida entre a Alemanha e a Polônia (Stur, 2018, p. 13).

No século XIX, o regime czarista instaurado na Prússia promoveu um processo de russificação forçada, o que provocou o deslocamento em massa de pomeranos. “Muitos desses migrantes buscaram refúgio em diferentes países, incluindo o Brasil, onde se estabeleceram em diversos estados, como Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná e Rondônia” (Ramos; Arendt; Witt, 2014).

No Espírito Santo, “a língua pomerana permaneceu como marca identitária dos descendentes desses imigrantes, sendo ensinada, inicialmente, no contexto familiar e comunitário. A complexidade linguística vivida por essa população é refletida na convivência com o pomerano, o alemão e o português, formando um contexto trilingue” (Droogers, 1984). Entretanto, o pomerano permaneceu, em grande parte, como língua oral, sem padronização escrita, o que dificultou seu ensino e registro. “ Além disso, os pomeranos foram historicamente obrigados a utilizar a língua do dominador dentro dos locais de moradia no Brasil” (Jacob, 1992, p. 53), o que contribuiu para o apagamento do idioma nos espaços formais.

Metodologia

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, com abordagem descritiva e interpretativa. A metodologia fundamenta-se em um conjunto de práticas que são relatadas por profissionais que atuam com o ensino da língua pomerana nas escolas municipais e estaduais, com a criação de memoriais e a continuidade de pesquisa acadêmica para a elaboração de referência bibliográfica, tendo como base em autores que tratam da imigração pomerana, da educação bilíngue/multilíngue e da preservação de patrimônios imateriais. Foram utilizados documentos institucionais, relatos históricos e produções acadêmicas que tratam da implantação e dos impactos do Proepo. A análise

dos dados foi realizada por meio de interpretação textual, visando a compreender as ações do programa no contexto educacional capixaba.

Resultados e Discussões

O Programa de Educação Escolar Pomerana (Proepo) surge como uma política pública voltada para o reconhecimento da identidade linguística e cultural pomerana nas escolas públicas do Espírito Santo. Com atuação nos municípios de Santa Maria de Jetibá, Domingos Martins, Laranja da Terra, Pancas e Vila Pavão, o programa é responsável por implementar aulas da língua pomerana em 46 escolas da rede municipal de Santa Maria de Jetibá, e outras 50 escolas nos demais municípios sendo uma disciplina curricular.

O Proepo como programa educacional nas escolas de Santa Maria de Jetibá- ES oferece duas aulas semanais por turma, da Educação Infantil ao Ensino Fundamental. As aulas abordam a realidade em que as crianças estão inseridas com a família – são abordados temas como corpo, família, estações, dias da semana, meses do ano, vocabulário do cotidiano, construção de frases, entre muitos outros temas, seguindo orientação da BNCC² elaborada pelo PROEPO com objetivo de alinhar-se ao MEC³. Atualmente, o projeto conta com 22 professoras/es em constante formação, com suporte pedagógico da equipe do programa, além da produção de materiais didáticos contextualizados. A vivência da língua pomerana em ambiente escolar extrapola a aprendizagem formal: mobiliza afetos, memórias e práticas culturais que fortalecem o sentimento de pertencimento e a valorização da ancestralidade.

A presença da língua pomerana nas escolas atua como um elo entre gerações, conectando os saberes comunitários às práticas pedagógicas. A cultura pomerana é trabalhada de forma integrada ao ensino da língua por meio da música tradicional, com instrumentos da cultura do contexto do estudante, como o convite á tocadores

² O ensino da língua pomerana no Espírito Santo está fundamentado em políticas públicas de valorização da diversidade linguística, destacando-se a Lei Estadual nº 9.787/2011, que reconhece a língua pomerana como patrimônio cultural imaterial, e o Programa de Educação Escolar Pomerana (PROEPO), desenvolvido em parceria com o Ministério da Educação e implantado em diferentes municípios da região de imigração pomerana. As orientações didáticas do PROEPO seguem a BNCC e estruturam a oferta de duas aulas semanais nas redes municipais, abrangendo desde a Educação Infantil até o Ensino Fundamental.

³ BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

convidando tocadores para apresentações em escolas nas festas típicas, como a festa pomerana e o desfile cultural que acontece no centro da cidade convidando as escolas para fazer parte deste momento cultural com estudantes e famílias, simbolizando no trajeto do desfile os traços típicos que envolvem a língua pomerana no conceito cultural com aspectos da culinária, dos ritos religiosos, das vestimentas que as crianças aprendem a conhecer e também utilizam em momentos festivos específicos como atividade cultural preparados pela organização das escolas com os professores de língua pomerana . Assim, o Proepo atua como um instrumento de resistência frente à perda linguística e à homogeneização cultural.

Com o ensino da língua pomerana em sala de aula, o programa investe em pesquisas e na documentação da língua, incentivando as crianças e suas famílias a preservar tradições culinárias e familiares com a condução de programas culturais envolvendo editais governamentais para a participação da comunidade pomerana, configurando uma política de preservação do patrimônio cultural imaterial. Dessa forma, o Proepo contribui para a diversidade linguística brasileira e reforça o papel da escola como agente de transformação social e cultural.

Considerações Finais

O contato dos alunos com a língua pomerana em ambiente escolar contribui para o fortalecimento do orgulho identitário e da autonomia linguística das novas gerações. Ao mesmo tempo, o programa desenvolve ações de pesquisa e o registro e a documentação da língua, o que configura uma política de valorização do patrimônio cultural imaterial, em consonância com os princípios da valorização da diversidade cultural e linguística.

A continuidade da língua pomerana nas escolas, portanto, não representa apenas uma escolha curricular, mas um compromisso ético e político com a pluralidade e a memória dos povos imigrantes que ajudaram a construir a história do Brasil. O Proepo tem demonstrado que é possível articular escola, comunidade e poder público em torno de uma proposta que respeita a ancestralidade, promove a inclusão e projeta para o futuro uma cultura viva, resistente e em constante transformação.

Referências

DROOGERS, André. *Religiosidade popular luterana*. São Leopoldo: Sinodal, 1984.

RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz; ARENDT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antonio. *Festas, comemorações e rememorações na imigração*. São Leopoldo: Oikos, 2014.

STUR, Carlos Rominik. *Pomeranos: os primórdios da colonização e a importância da religiosidade na formação da cultura pomerana no Espírito Santo e Minas Gerais*. Vitória: Gráfica e Editora GSA, 2018.

JACOB, Jorge Kuster. *A imigração e aspectos da cultura pomerana no Espírito Santo*. Vitória: Departamento Estadual de Cultura, 1992.

Capítulo II

Bilinguismo e políticas linguísticas: o caso da língua talian em Garibaldi – RS

Camila Barili⁴

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Introdução

No ano em que a imigração de italianos para o Brasil completa 150 anos, muitos eventos de celebração à cultura italiana têm sido feitos como forma de honrar às origens de milhares de pessoas que habitam sobretudo a Região de Colonização Italiana (RCI). Bem mais do que elementos culturais, uma relíquia linguística permanece entre as famílias da região: a língua de imigração talian.

O presente resumo expandido traz os resultados revisitados da pesquisa de doutorado da autora (Barili, 2024) sobre os usos do talian na atualidade em Garibaldi-RS, um dos primeiros municípios a receber imigrantes vindos diretamente da Itália e parte da RCI – junto a outros 25 municípios, conforme Frosi e Mioranza (2009) –, bem como sobre a associação desses resultados a políticas linguísticas do passado e do presente que influenciam o uso dessa língua. A hipótese da qual partimos era a de que o talian estaria evoluindo, de forma mais ou menos acentuada, para um monolinguismo português, como constatou Frosi (2016).

Dito isso, os objetivos da pesquisa para revelar os usos do talian se ligam a três principais etapas, que serão especificadas na metodologia. Como base teórica para

⁴ Doutora e Mestra em Estudos da Linguagem (Sociolinguística) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: camilabarili@gmail.com.

interpretação e análise, usamos a teoria social de Bourdieu (2008, 1996), a teoria dos estilos de Coupland (2009) e a teoria de posicionamento de Jaffe (2009).

Fundamentação Teórica

Iniciamos afirmando que o talian, “mescla básica de dialetos vênnetos mais representativos, com influências lombardas mais ou menos acentuadas” (Frosi; Mioranza, 1975, p. 70), também chamado de taliano (Guzzo, 2022) por seus falantes e comumente tomado por dialeto, é, na verdade, considerado uma língua de imigração ou, simplesmente, uma língua.

Como tal, o talian se liga a práticas sociais (assim como práticas se ligam a ele), que são realizadas por agentes sociais. Para Bourdieu (2008), esses agentes sociais ocupam um espaço social e uma posição. É assim que o autor define *habitus*, um mecanismo de interiorização daquilo que está no exterior, o senso prático, conceito que faz compreender o modo como o homem é um ser social. O *habitus* é adquirido durante o processo de socialização; é interiorizado e compartilhado a partir de ações realizadas no espaço social. Do mesmo modo, Bourdieu (1996, p. 24) entende a linguagem como disposições a agir socialmente que “implicam uma certa propensão a falar e a dizer coisas determinadas”.

De modo mais ou menos consciente, os falantes usam da variação para fazer sentido em encontros sociais, ou seja, usam elementos de linguagem que são compartilhados por um mesmo grupo social (Bourdieu, 1996). Para Coupland (2009), os falantes projetam diferentes identidades sociais e criam diferentes relações sociais pelas escolhas de estilo, além de que a variação do estilo discursivo é feita para criar sentidos sociais e é suscetível a explicações sociais. Nesse sentido, Jaffe (2009) explica que os falantes sinalizam um posicionamento relacionado às identidades sociais projetadas aos interlocutores nas conversas.

Metodologia

A comunidade de fala selecionada foi uma localidade urbana de Garibaldi, o bairro Alfândega, e uma rural, a Linha Marcorama, para posterior comparação dos dados de uso do talian em duas regiões distintas. Para a pesquisa, foram necessárias três etapas: i) censo do bilinguismo, com levantamento de dados para estimar a quantidade de falantes e esclarecer seu perfil social através de questionário⁵ cujos dados foram cruzados para posterior análise (bilinguismo x tipo de bilinguismo, bilinguismo x idade); ii) estudo de caso, com gravação de voz² em duas residências (uma em área urbana e uma em rural), posterior seleção de trechos e transcrição conforme o sistema Jefferson usado na Etnometodologia (Loder, 2008) e análise dos usos; e iii) atitudes linguísticas, com aplicação de questionário² específico a 24 residentes em cada localidade, com posterior cruzamento de dados e sua interpretação.

Resultados

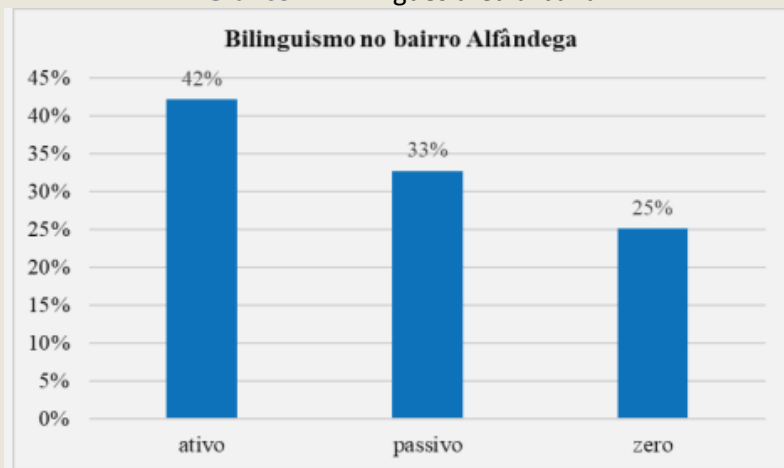
Das etapas especificadas no tópico anterior, os resultados mais significativos são apresentados a seguir.

Censo do bilinguismo

Dos dados coletados, destacamos o tipo de bilinguismo e o fator faixa etária. No Gráfico 1, há o índice de bilíngues na área urbana, constituído de 42% de falantes do talian e 33% de indivíduos que tiveram ou têm contato com a língua de modo a desenvolver a compreensão, mas não a fala em talian. São 75% os indivíduos que apresentam algum tipo de bilinguismo português-talian. O Gráfico 2 mostra a maioria de falantes bilíngues na zona rural.

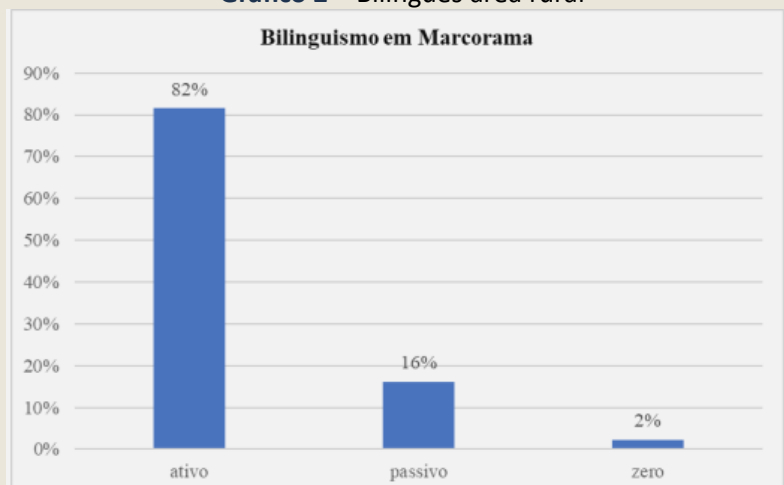
⁵ A adesão à pesquisa requereu, dos participantes, a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido após aprovação do projeto de investigação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFRGS Parecer número 5.373.520 do CEP-UFRGS, emitido em 27 de abril de 2022.

Gráfico 1 – Bilíngues área urbana



Fonte: Barili (2024, p. 99).

Gráfico 2 – Bilíngues área rural



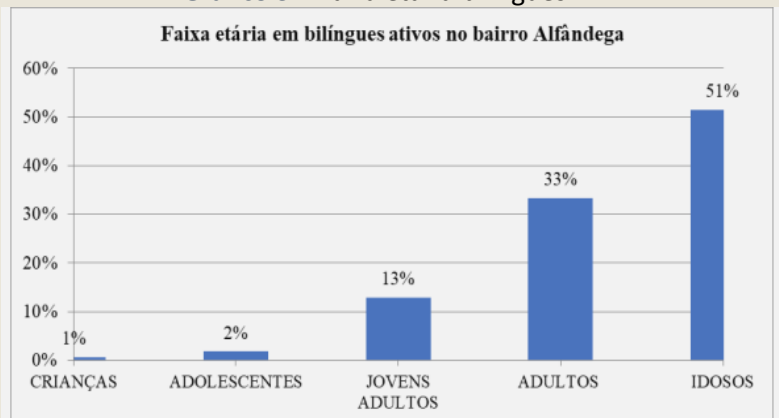
Fonte: Barili (2024, p. 100).

Na zona rural, são 82% os bilíngues ativos e, se contarmos todas as pessoas que possuem algum nível de bilinguismo, essa porcentagem atinge 98%. Isso significa que nas duas regiões do município o talian está ligado a práticas sociais como modo de comunicar uma informação usando um estilo expressivo ao qual se concede um valor social e uma eficácia simbólica (Bourdieu, 1996).

Importante destacar, em outro âmbito, que ambas as localidades, mas sobretudo a urbana, possuem uma significativa taxa de bilíngues passivos, que são pessoas que já não falam o talian e dificilmente transmitirão a língua para as gerações seguintes. Por outro lado, esses falantes podem ser mais aptos a uma revitalização do talian, uma vez que já o compreendem.

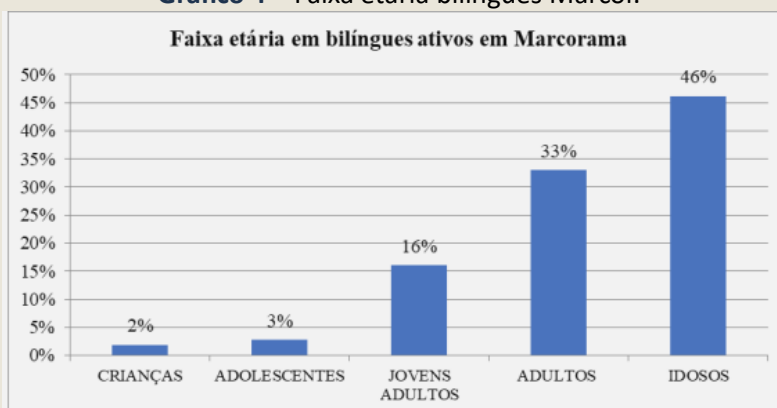
Em outro cruzamento de dados, do fator bilinguismo com faixa etária, obtivemos os resultados expressados pelos Gráficos 3 e 4.

Gráfico 3 – Faixa etária bilíngues Alf.



Fonte: Barili (2024, p. 107).

Gráfico 4 – Faixa etária bilíngues Marcor.



Fonte: Barili (2024, p. 107).

As proporções encontradas nas duas localidades são muito parecidas e trazem a informação clara sobre a vitalidade linguística do talian, uma vez que as populações de idosos e adultos são as que mais falam, seguidas por um prognóstico de perda linguística acentuada entre falantes jovens adultos, adolescentes e crianças.

Estudo de caso

Através das análises das transcrições dos áudios coletados nas duas residências participantes da pesquisa, Barili (2024) concluiu que o talian é uma língua de uso mais familiar, usada para assuntos como alimentação típica da região, trabalho agrícola e

plantação, manejo de animais no tempo passado, expressões curtas ou, também, para marcar uma mudança de atividade de fala ou para conversar com alguém com quem se tem parentesco e teve vivências cotidianas no passado na língua talian, sinalizando uma ligação afetiva. Com a troca das duas línguas, os falantes variam o seu estilo de fala conforme as práticas sociais (Coupland, 2009), as quais podem ser mais ou menos ligadas a uma língua ou outra e constroem a sua identidade conforme o interlocutor (Jaffe, 2009), de forma mais ou menos consciente.

Estudo de atitudes linguísticas

O questionário de atitudes foi adaptado de Lara (2017) e aplicado a bilíngues talian-português e monolíngues português na Alfândega e em Marcorama. Os resultados mostraram uma percepção mais positiva do descendente de italianos, por considerá-lo honesto, trabalhador, religioso, prestativo, desfazendo um pouco a imagem caricaturada que há pouco ainda pairava na região; assim como o talian, que foi considerado uma língua correta, útil e boa, uma valorização importante para a sua continuidade. Essa pesquisa mostra o que Frosi, Faggion e Dal Corno (2010) também perceberam em seus estudos: uma superação no presente de um forte estigma que havia no passado.

Políticas linguísticas

Barili (2024) identificou ações diretas e indiretas que influenciaram no uso do talian. Há políticas ligadas ao passado, como na Era Vargas, com a proibição do uso de línguas de imigração, a política de nacionalização e a imposição do português, que foram muito decisivas para a percepção dos falantes sobre suas línguas. Contudo, há políticas mais ligadas ao presente, com as celebrações do centenário da imigração, e, mais atualmente, dos seus 150 anos, que têm mostrado aos falantes de talian uma valorização da sua cultura, especialmente, e, também, em certa medida, da língua. Outras políticas que valorizam o talian são, por exemplo, a sua cooficialização em diversos municípios da RCI e o seu reconhecimento como Referência Cultural Brasileira pelo Instituto do

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e pelo Ministério da Cultura (MinC), em 10 de novembro de 2014⁶.

Ao pensar em políticas linguísticas, ou seja, “escolhas conscientes referentes às relações entre língua(s) e vida social” (Calvet, 2002, p. xx), existem dois âmbitos, o macropolítico (governos) e o micropolítico (indivíduos), sendo que, para Altenhofen e Broch (2011), o elemento mais importante são os indivíduos e suas ambições. Assim, falar talian depende muito do nível micropolítico, ou seja, dos próprios falantes. Além disso, Altenhofen e Broch defendem a importância do conhecimento explícito sobre a língua ou as línguas que a pessoa fala, e, neste processo, a escola tem um papel importante de aproximar o contexto local e dar voz à diversidade linguística e cultural da comunidade.

Considerações finais

O talian é uma língua vinculada a práticas sociais, tanto em ambiente rural quanto urbano, em municípios da RCI como Garibaldi – mas, ao mesmo tempo, há indícios de declínio no uso dessa língua por gerações mais novas. É necessário reforçar que o talian é uma língua e, por isso, confere capital simbólico (Bourdieu, 2008) a quem o fala. Dito isso, é importante que políticas linguísticas de efeito macropolítico sejam feitas, apesar de nem sempre os governos locais darem a devida valorização ao talian, a qual fica restrita à formalidade do papel impresso; assim como políticas com efeito micropolítico, que podem partir de ações pedagógicas em escolas da região, até palestras e outras mobilizações para mostrar e discutir com as comunidades os benefícios e as belezas de se falar uma língua como o talian.

⁶ Certidão do Ministério da Cultura. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Certidao %20Talian.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Certidao%20Talian.pdf). Acesso em: 18 jan. 2022. Título do Inventário Nacional da Diversidade Linguística. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/T%C3%ADtulo%20INDL%20%20Talian.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2022.

Referências

ALTENHOFEN, C. V.; BROCH, I. K. Fundamentos para uma “pedagogia do plurilinguismo” baseada no modelo de conscientização linguística (language awarness). In: BEHARES, L. Y. *Encuentro Internacional de Investigadores de Políticas Linguísticas*. Montevideo: Universidad de la República e Asociación de Universidades Grupo Montevideo, 2011. p. 15-22.

BARILI, C. *A situação sociolinguística do talian em Garibaldi (RS): proporção de usuários, atitudes e usos linguísticos*. 2024. 198 f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024.

BOURDIEU, P. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

BOURDIEU, P. *Economia das trocas linguísticas*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

CALVET, L. J. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002.

COUPLAND, N. *Style: Language variation and identity*. New York: Cambridge University Press, 2009.

FROSI, V. M. Os dialetos italianos: um processo de 140 anos. In: FROSI, V. M.; MISTURINI, B. *Imigração italiana: Estudos e Pesquisas*. São Leopoldo: Oikos, 2016, p. 241-272.

FROSI, V. M.; FAGGION, C. M.; DAL CORNO, G. M. Da estigmatização à solidariedade: atitudes linguísticas na RCI. In: FROSI, V. M.; FAGGION, C. M.; DAL CORNO, G. M. *Estigma: cultura e atitudes linguísticas*. Caxias do Sul: Educs, 2010. p. 15-42.

FROSI, V. M.; MIORANZA, C. *Imigração italiana no nordeste do Rio Grande do Sul: processos de formação e evolução de uma comunidade ítalo-brasileira*. Porto Alegre: Movimento, 2009 [1975].

GUZZO, N. B. Brazilian Veneto (Talian). *Journal of the International Phonetic Association*, v. 53, n. 3, p. 1167-1181, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1017/S002510032200010X>. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-the-international-phonetic-association/article/abs/brazilian-veneto-talian/F795853778C87C6BCAC25E9705BB9790>. Acesso em: 10 dez. 2025.

JAFFE, A. Introduction: The sociolinguistics of stance. In: JAFFE, A. *Stance: Sociolinguistic perspectives*. Oxford: Oxford University Press, 2009. p. 3-28.

LARA, C. C. *Variação fonético-fonológica e atitudes linguísticas: o desvozeamento das plosivas no português brasileiro em contato com o Hunsrückisch no Rio Grande do Sul, Brasil*. 2017. 156 f. Tese (Doutorado em Letras/Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

LODER, L. L. O modelo Jefferson de transcrição: convenções e debates. *In*: LODER, L. L.; JUNG, N. M. (orgs.). *Fala-em-interação social: introdução à análise da conversa etnometodológica*. Campinas: Mercado das Letras, 2008. p. 127-161.

Capítulo III

Leis de cooficialização da língua polonesa no Brasil

Fabricio José Nazzari Vicroski⁷
Universidade de Passo Fundo

Introdução

A língua constitui um dos principais elementos de identidade coletiva, funcionando como marcador de pertencimento e como ferramenta de transmissão de valores, crenças e tradições. No caso das comunidades de imigração, a língua herdada torna-se um elo fundamental de ligação entre o passado e o presente, bem como entre os indivíduos e sua herança cultural. O presente resumo discute as recentes iniciativas de promoção e salvaguarda da língua polonesa no Brasil, enfocando especialmente os processos de cooficialização do idioma em âmbito municipal e o projeto de inventário nacional para seu reconhecimento como patrimônio cultural imaterial.

A questão reveste-se de importância crescente diante do renascimento do interesse pelo polonês nas últimas décadas, motivado tanto pela atuação da diáspora polonesa no Brasil quanto pelo apoio institucional do governo da Polônia. Trata-se, portanto, de um campo de estudo interdisciplinar, situado na interseção entre história, linguística, políticas públicas e patrimônio cultural.

⁷ Arqueólogo, historiador e professor universitário com pós-doutorado em História. Institucionalmente filiado à Universidade de Passo Fundo (Brasil) e à *Uniwersytet Wrocławski* (Polônia). Pesquisador da imigração polonesa no Brasil. Autor de diversas leis de cooficialização da língua polonesa em municípios brasileiros. Autor e coautor de 15 livros e dezenas de artigos científicos.

Contexto histórico da imigração polonesa

A presença polonesa no Brasil remonta ao final do século XIX, quando contingentes expressivos de imigrantes chegaram ao país em meio a condições adversas na Europa. A partilha da Polônia pelos impérios vizinhos, entre 1772 e 1795, suprimiu o país do mapa europeu e impôs severas restrições linguísticas, culturais e políticas à sua população. Revoltas nacionalistas fracassadas, como o Levante de Novembro (1830-1831) e o Levante de Janeiro (1863-1864), resultaram em perseguições políticas e no deslocamento de milhares de pessoas (Vicroski; Szykulski, 2020)

O Brasil, em processo de expansão territorial e consolidação do trabalho livre, tornou-se destino privilegiado de tais fluxos migratórios. Os poloneses encontraram, no entanto, condições menos favoráveis do que as propagandas oficiais sugeriam. A adaptação exigiu grande esforço, mas resultou numa integração significativa, especialmente na região sul, onde práticas culturais e religiosas preservaram-se com vigor.

Estudos recentes (Iarochinski, 2021) estimam que cerca de cinco milhões de brasileiros possuam ascendência polonesa, constituindo a terceira maior corrente migratória para o país. Esse dado reforça a magnitude do legado polonês na formação social, econômica e cultural do Brasil.

A língua polonesa e os efeitos do Estado Novo

Embora amplamente utilizada nas primeiras gerações, a língua polonesa sofreu grave retrocesso durante o Estado Novo (1937-1945). A política de nacionalização imposta pelo governo de Getúlio Vargas extinguiu escolas comunitárias, proibiu publicações em idiomas estrangeiros e criminalizou o uso público de línguas de herança (Gardolinski, 1977).

No caso do polonês, isso significou a retração do idioma para os espaços familiares, a perda progressiva da competência escrita e a modificação forçada de sobrenomes. Tais medidas configuraram uma violência linguística que deixou marcas profundas, visíveis até hoje na desvalorização social do idioma entre descendentes.

Contudo, mesmo diante da repressão, elementos do polonês permaneceram vivos no português falado por comunidades de origem polonesa, manifestando-se em sotaques regionais, empréstimos lexicais e fenômenos de *code-switching* (Wepik, 2017). Esse “polonês arcaico”, em grande parte preservado entre idosos, constitui hoje uma fonte valiosa para estudos linguísticos comparativos (Vicroski, 2022).

O papel da *Karta Polaka* e o fortalecimento recente

Um marco contemporâneo no fortalecimento da polonidade no exterior foi a ampliação do direito de obtenção da *Karta Polaka*, em 2019 (Polônia, 2019). O documento, concedido a pessoas com vínculos étnico-culturais com a Polônia, garante benefícios como acesso à educação superior gratuita no país e possibilidade de obtenção de cidadania após um ano de residência.

Para as comunidades brasileiras, a *Karta Polaka* representa não apenas reconhecimento identitário, mas também oportunidade concreta para jovens que buscam formação acadêmica. O requisito de conhecimento básico da língua estimulou o aumento da demanda por cursos, resultando na formação de novos professores e no surgimento de iniciativas comunitárias.

Assim, a *Karta Polaka* deve ser compreendida não apenas como política externa da Polônia, mas também como vetor de revitalização linguística no Brasil, uma vez que fortalece a aprendizagem do idioma entre descendentes.

Iniciativas de ensino e cooperação institucional

A difusão recente da língua polonesa no Brasil não se deve apenas ao esforço comunitário, mas também a programas oficiais. A Agência Nacional Polonesa para Intercâmbio Acadêmico (NAWA) e o Centro de Desenvolvimento da Educação Polonesa no Exterior (ORPEG) desempenham papel central ao enviar professores, financiar cursos de capacitação e apoiar eventos linguísticos.

Esses programas permitem que o ensino do polonês não fique restrito a iniciativas isoladas, mas se articule a uma política educacional mais ampla, que

reconhece o valor estratégico da língua na consolidação dos laços entre Polônia e sua diáspora. Além disso, eles suprem lacunas na formação de professores brasileiros, criando uma rede de cooperação transnacional que fortalece a vitalidade do idioma no país.

A cooficialização do idioma

Entre as ações recentes mais significativas está a aprovação de leis de cooficialização da língua polonesa em vinte municípios da região sul do Brasil até 2025⁸. Esse processo é juridicamente amparado pelo artigo 216 da Constituição Federal, que assegura a proteção do patrimônio cultural imaterial (Vicoski, 2022, 2023, 2025).

A cooficialização desempenha funções múltiplas:

- **jurídica:** fornece base legal para implementação de políticas públicas em língua polonesa;
- **simbólica:** reconhece oficialmente a contribuição dos imigrantes poloneses à sociedade brasileira; e
- **prática:** permite acesso a programas de financiamento e integração com políticas linguísticas estaduais e federais.

Exemplo emblemático é o município de Áurea (RS), pioneiro na emissão de documentos bilíngues, como alvarás e receitas médicas (Polskie Radio). A medida, além de funcional, assume valor simbólico, reforçando o pertencimento comunitário e inspirando outros municípios a adotar políticas semelhantes.

⁸ Áurea/RS, Carlos Gomes/RS, Casca/RS, Guarani das Missões/RS, Sete de Setembro/RS, Vista Alegre do Prata/RS, Campina das Missões/RS, Ubiretama/RS, Ijuí/RS, Centenário/RS, Horizontina/RS, Nova Prata/RS, Santo Ângelo/RS, Santo Antônio do Palma/RS, Dom Feliciano/RS, Itaiópolis/SC, São Bento do Sul/SC, Papanduva/SC, São Mateus do Sul/PR, Paula Freitas/PR.

O inventário da língua polonesa como patrimônio cultural

Outra frente relevante é o projeto **Inventário da Língua Polonesa/Polaca Brasileira (ILPB)**, conduzido em parceria com o IPOL e o IPHAN. O inventário, previsto para ser realizado entre 2025 e 2027, tem como objetivo registrar a língua como referência cultural brasileira, inserindo-a na lista de patrimônios culturais imateriais (Vicroski, 2024).

A metodologia do projeto prevê entrevistas, gravações, análises sociolinguísticas e encontros comunitários, com ampla participação da diáspora. O tombamento esperado trará não apenas reconhecimento oficial, mas também acesso a recursos federais destinados à preservação e à difusão de patrimônios linguísticos.

Considerações finais

A atual conjuntura indica um momento singular para a língua polonesa no Brasil. Entre o crescimento do interesse comunitário, o apoio institucional da Polônia e a adoção de instrumentos legais no Brasil, a língua encontra-se em fase de revitalização sem precedentes.

As medidas de cooficialização e inventário configuram não apenas reconhecimento da herança polonesa, mas também ato de reparação histórica diante das violências linguísticas sofridas no século XX. Tais políticas devem ser entendidas como parte de um esforço mais amplo de promoção da diversidade cultural no Brasil, em consonância com princípios de justiça social e pluralidade linguística.

Ao reconhecer a língua polonesa como patrimônio cultural imaterial, o Brasil não apenas valoriza sua herança imigratória, mas também reafirma o caráter multicultural de sua identidade nacional. O fortalecimento do polonês, nesse sentido, transcende a comunidade descendente e integra-se ao projeto mais amplo de promoção da diversidade linguística e cultural no país.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

GARDOLINSKI, Edmundo. *Escolas da Colonização Polonesa no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: ESTSLB; Caxias do Sul: UCS, 1976. 136 p. [co-editado 1977].

IAROCHINSKI, Ulisses. *Confusão estatística na imigração polaca*. In: REWERA, Witold; VICROSKI, Fabricio J. Nazzari. *Polscy Brazylijczycy/Brasileiro-Poloneses*. Tom I. Lublin: Wydawnictwo UMCS, 2021.

POLSKIE RADIO. *Município de Áurea fez a emissão do primeiro alvará em português e polonês do mundo*. [S. l.], s. d. Disponível em: <https://www.polskieradio.pl/399/9815/artukul/3492749,municipio-de-áurea-fez-a-emissão-do-primeiro-alvará-em-português-e-polonês-do-mundo>. Acesso em: 16 jan. 2026.

POLÔNIA. *Lei de 16 de maio de 2019*, que altera a Lei do Cartão do Polonês. Assinada pelo Presidente Andrzej Duda em 3 de junho de 2019.

VICROSKI, Fabricio J. Nazzari. *Cooficialização da língua polonesa em municípios brasileiros*. Porto Alegre: Colegiado Setorial da Diversidade Linguística do Rio Grande do Sul, 2025.

VICROSKI, Fabricio J. Nazzari. *Badania nad archaicznymi formami języka polskiego, zachowanymi w rodzinach potomków polskich emigrantów w Brazylii*. Projekt badawczy. Wrocław: Uniwersytet Wrocławski, 2024.

VICROSKI, Fabricio J. Nazzari. *Municípios brasileiros com leis de promoção e salvaguarda da língua polonesa aprovadas*. Porto Alegre: Colegiado Setorial da Diversidade Linguística do Rio Grande do Sul, 2023.

VICROSKI, Fabricio J. Nazzari. *Mapeamento da língua polonesa no Brasil*. Passo Fundo: Núcleo de Estudos Históricos e Arqueológicos da Universidade de Passo Fundo, 2022.
VICROSKI, Fabricio J. Nazzari. *Chamamento à comunidade polonesa no Brasil*. Boletim TAK, nº 27. Curitiba: Agenda Cultura Brasil-Polônia, 2022.

VICROSKI, Fabricio J. Nazzari; SZYKULSKI, Józef. Editorial de apresentação do Dossiê Brasil-Polônia: Diálogos Histórico-Culturais. *Revista História: Debates e Tendências*, v. 20 n. 3. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2020.

WEPIK, F. Fátima. *Crenças e atitudes Linguísticas de Polono-Brasileiros de Áurea/RS e Nova Erechim/SC: o uso dos termos de parentesco*. 2017. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó. 2017.

Capítulo IV

Os livros de herança disponíveis em espaços públicos: a experiência extensionista da Biblioteca polonesa da Unespar

Alcimara Aparecida Foetsch⁹
Universidade Estadual do Paraná

Jessica Turkot¹⁰
Universidade Estadual do Paraná

Kaynan Gabriel Schorr¹¹
Universidade Estadual do Paraná

Introdução

O presente trabalho socializa a experiência extensionista da Biblioteca polonesa da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), localizada no *Campus* de União da Vitória (PR), e sua colaboração com o Clube Literário Władysław Reymont (CLWR). Iniciada em janeiro de 2020 com a doação dos primeiros exemplares, a biblioteca hoje abriga cerca de dez mil livros em língua polonesa, constituindo um importante acervo de livros de herança, ou seja, obras trazidas por imigrantes e preservadas por gerações como patrimônio afetivo e cultural. Coordenada pelo Projeto de Extensão “Observatório polonês da Unespar”, em parceria com o CLWR, tem se consolidado como espaço de

⁹ Pós-Doutora em Geografia (UFC-2019); Professora Associada do Curso de Geografia da Universidade Estadual do Paraná, *Campus* União da Vitória. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6965790680349758>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9134-1040>. E-mail: alcimara.foetsch@unespar.edu.br.

¹⁰ Acadêmica da 3ª Série do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual do Paraná, *Campus* União da Vitória. Bolsista PIBEX/FA. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4657234305285293>. E-mail: turkotjessica8@gmail.com.

¹¹ Acadêmico da 3ª Série do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual do Paraná, *Campus* União da Vitória. Bolsista PIBIS/FA. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6776813599598296>. E-mail: kaynanschorr123@gmail.com.

preservação, mediação e revitalização da cultura e da língua polonesas no Brasil, especialmente no sul do país, onde se concentram descendentes de imigrantes poloneses.

As atividades desenvolvidas pelo projeto são planejadas e realizadas coletivamente a partir de temas selecionados no acervo, envolvendo oficinas, exposições, cursos, rodas de conversa, eventos de internacionalização e produções acadêmicas. As ações destacam elementos históricos, artísticos e pedagógicos da cultura polonesa, como a obra de Janusz Korczak, o folclore, a poesia e a música nacionais, bem como aspectos da história urbana e religiosa da Polônia. Destaca-se, ainda, a exploração dos chamados “achados e guardados”, objetos, anotações e registros encontrados nos livros, que revelam trajetórias individuais e coletivas. Apesar de limitações estruturais, como a ausência de catalogação completa e a necessidade de adequações no espaço físico, a biblioteca já recebe visitas acadêmicas e comunitárias.

As ações futuras preveem a ampliação do acervo temático, atividades intergeracionais, produções visuais e literárias, curadorias digitais e oficinas de oralidade e leitura comentada, visando a fortalecer os laços entre universidade e comunidade. A experiência evidencia a importância da extensão universitária na valorização de línguas e culturas de herança, reafirmando o papel da universidade pública como agente de preservação da diversidade linguística e cultural no Brasil.

A colonização polonesa na região de União da Vitória/PR

A partir do final do século XIX, o Brasil recebeu expressivas ondas de imigração polonesa, concentradas principalmente na região sul do país (Gluchowski, 2005; Mazurek, 2016; Posadzy, 2018; Wachowicz, 1981, 1999). Esses grupos deram origem a comunidades que, ao longo do tempo, desenvolveram diferentes estratégias para preservar sua cultura, destacando-se a manutenção da língua como elemento central de identidade. A área de abrangência do *Campus* da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), em União da Vitória, é marcada pela forte presença de descendentes desses imigrantes. Muitos dos estudantes que ingressam na instituição mantêm vínculos com

essa herança cultural e demonstram interesse em abordá-la em suas pesquisas e projetos acadêmicos.

Nesse contexto, foi criado, em 2018, o Projeto de Extensão Observatório polonês da Unespar, com o propósito de promover o diálogo entre a universidade e a comunidade polonesa local, nacional e internacional (Foetsch *et al.*, 2022). Voltado tanto à comunidade polonesa residente no Brasil e no exterior quanto a estudiosos e apreciadores dessa identidade cultural, o projeto reúne professores, pesquisadores, estudantes de diferentes níveis de ensino e representantes de associações étnico-culturais, formais e informais. O principal parceiro dessa iniciativa é o Clube Literário Władysław Reymont (CLWR), uma coletividade informal que realiza encontros virtuais semanais dedicados à discussão de temas relacionados à história e à contemporaneidade da Polônia.

Como resultado dessa parceria, iniciou-se, em janeiro de 2020, a formação da Biblioteca polonesa da Unespar, um espaço físico que atualmente reúne cerca de dez mil obras em língua polonesa. Essa biblioteca vem se consolidando como um importante centro de referência para o desenvolvimento de ações culturais e educativas voltadas tanto ao público do CLWR quanto a demais interessados (Foetsch *et al.*, 2023).

As atividades da Biblioteca polonesa da Unespar tiveram início presencial no *Campus* de União da Vitória da Universidade Estadual do Paraná (Unespar) em janeiro de 2020, com a chegada da primeira doação de livros físicos em língua polonesa. Entretanto, em março do mesmo ano, o funcionamento precisou ser interrompido devido às restrições de acesso impostas pela pandemia de covid-19. Assim como ocorreu em diversas instituições, o Projeto de Extensão “Observatório polonês da Unespar”, responsável pela biblioteca, adaptou-se ao contexto e migrou suas ações para o ambiente virtual. Essa transição teve como propósito assegurar a continuidade das atividades de forma on-line, possibilitar o primeiro contato com o acervo e criar um espaço de integração entre descendentes de poloneses e demais interessados na cultura polonesa, mesmo diante das limitações do distanciamento social.

O que inicialmente se configurou como um obstáculo acabou se transformando em uma oportunidade de repensar e ampliar o alcance das ações da biblioteca, permitindo atingir um público mais diversificado e geograficamente disperso. Embora as

atividades tivessem sido concebidas, em um primeiro momento, para ocorrer de modo presencial, o cenário pandêmico impulsionou a adoção de práticas virtuais. Essa experiência revelou novas possibilidades de interação e de intercâmbio cultural com pessoas de diferentes regiões do Brasil e de outros países, unidas pelo interesse em conhecer e compartilhar aspectos da cultura polonesa.

Atualmente, o acervo da biblioteca conta com aproximadamente dez mil obras, todas em língua polonesa, abrangendo uma ampla variedade de temas, como literatura, biografia, geografia, história, arte, música, pedagogia, língua e literatura infantil, religião e arquitetura. O acervo inclui ainda enciclopédias temáticas, almanaques, calendários e coleções diversas. Além dos livros e de seus elementos materiais, há também objetos, escritos e pertences que possibilitam o desenvolvimento de atividades virtuais diferenciadas, atrativas e fundamentadas em obras de elevado valor cultural.

Após mais de dois anos de atividades, pode-se afirmar que a Biblioteca polonesa se tornou um espaço que inspira, promove e orienta, de forma quase semanal, debates acerca da Polônia em seus múltiplos contextos. Esse dinamismo, contudo, só se concretiza graças à parceria com o Clube Literário Władysław Reymont (CLWR), uma coletividade informal composta por entusiastas da cultura polonesa que propõe e organiza temas e encontros virtuais. Essa cooperação entre Universidade e sociedade, princípio fundamental da extensão universitária, é o que torna possível a realização de ações de qualidade, voltadas à valorização da cultura, à produção de conhecimento e ao intercâmbio de saberes.

Metodologia: a prática extensionista

Com base em uma proposta extensionista voltada ao fortalecimento dos vínculos entre a Universidade Estadual do Paraná (Unespar) e as comunidades polonesas, as ações e atividades desenvolvidas têm como ponto de partida a Biblioteca polonesa da Unespar, sendo concebidas e realizadas de forma coletiva e colaborativa. O processo tem início com a definição de um tema central, que orienta a seleção de obras do acervo da biblioteca relacionadas à temática escolhida.

Na sequência, são produzidos registros fotográficos das capas e das imagens contidas nos livros, os quais servem de referência para a elaboração de atividades on-line e ações comunitárias. Essas iniciativas envolvem, principalmente, os integrantes do Clube Literário Władysław Reymont (CLWR), grupo composto por cerca de trinta membros distribuídos por diversas regiões do Brasil e, eventualmente, por participantes de outros países.

Entre as atividades já realizadas, destacam-se aquelas voltadas ao estudo de pintores, escritores, personalidades históricas e paisagens, bem como à exploração de aspectos pedagógicos, históricos e artísticos da cultura polonesa, sempre mediadas pelo acervo bibliográfico disponível. Além disso, foram promovidos eventos temáticos, oficinas, exposições, rodas de conversa, produção de materiais didáticos e científicos, cursos específicos, atividades comunitárias e de internacionalização, grupos de estudo, parcerias institucionais, intervenções artísticas, leituras e outras ações formativas.

Resultados e Discussões

Consideramos que o livro representa a expressão mais elevada do patrimônio bibliográfico, e esse patrimônio, conforme salientam Jaramillo e Marín-Agudelo (2014, p. 428), deve cumprir uma função de alfabetização voltada a fins culturais, narrativos e de pesquisa, destinada a amplas comunidades de leitores. A socialização desse conhecimento constitui uma das bases para que os indivíduos possam reconhecer e interpretar novos cenários. O registro escrito e seus elementos, nesse contexto, possibilitam a transmissão do saber acumulado ao longo do tempo, configurando-se, indiscutivelmente, como uma das formas mais eficazes de estabelecer pontes entre gerações e nações.

Os chamados livros de herança, comumente encontrados no cotidiano de famílias brasileiras de ascendência polonesa, constituem importantes elos afetivos e culturais com a memória dos antepassados. Contudo, verificou-se que, em diversas comunidades, essas obras não recebiam a devida valorização, especialmente em virtude das barreiras linguísticas enfrentadas pelas gerações mais jovens. Diante desse contexto, tornou-se evidente a necessidade de estreitar os laços entre a universidade e as

comunidades de origem polonesa, com o propósito de destacar o valor simbólico e pedagógico desses objetos de afeição, bem como seu potencial mobilizador na promoção de atividades educativas e culturais.

Foram promovidas diversas oficinas temáticas inspiradas em obras do acervo, abordando uma ampla variedade de conteúdos culturais, históricos e literários. Entre os temas desenvolvidos, destacam-se: os tecidos e vestuários tradicionais, o folclore polonês, a obra e o legado de Janusz Korczak, a história da literatura polonesa até o século XVIII, a transformação da cidade de Gdynia de balneário a porto de exportação, os cemitérios poloneses, a trajetória de Varsóvia (marcada por perdas, cicatrizes e renascimento), além da língua, da poesia e da música polonesas. Também se realizou a oficina “Rio Wisła: navegando por histórias e lendas”, dedicada à exploração dos aspectos mitológicos e culturais associados ao principal rio da Polônia.

Paralelamente às oficinas, foi organizada uma exposição virtual com diferentes recortes temáticos. Uma das mais expressivas e produtivas teve como foco os objetos encontrados no interior dos livros do acervo. A partir dessa curadoria, foram identificados diversos itens, anotações e registros de caráter pessoal e histórico, que revelaram informações curiosas e valiosas sobre os antigos leitores e sobre o percurso dessas obras até integrarem a biblioteca.

Neste relato, evidenciou-se que o ambiente digital se constitui como um espaço essencial de conexão entre pessoas com interesses comuns, favorecendo o intercâmbio de práticas e a construção coletiva de conhecimentos sobre diferentes temáticas, discursos, memórias e territórios. Assim, demonstrou-se que uma biblioteca física pode assumir papel de protagonismo na promoção de ações e atividades remotas, tornando-se um espaço dinâmico, colaborativo e articulador.

Defende-se, portanto, a importância e a necessidade da preservação desses espaços físicos com o propósito de promover uma alfabetização voltada a fins culturais. Pretende-se, dessa forma, socializar cenários, lugares, memórias, práticas e experiências, bem como uma diversidade de temas a partir dos registros escritos do acervo da Biblioteca polonesa da Unespar, com o objetivo de estabelecer pontes entre gerações e nações, aproximando pessoas fisicamente distantes, mas unidas por interesses culturais comuns.

É importante destacar que não são realizadas digitalizações integrais nem empréstimos do acervo, uma vez que a biblioteca ainda se encontra em processo de organização, higienização e catalogação, além das considerações pertinentes aos direitos autorais. São compartilhadas apenas fotografias históricas de locais, pinturas e edificações com o intuito de despertar o interesse e fomentar o diálogo.

Considerações Finais

Observa-se que, nas comunidades polonesas situadas no entorno do *Campus* de União da Vitória da Unespar, vêm emergindo iniciativas voltadas à criação de bibliotecas étnicas compostas por livros em língua polonesa, trazidos por imigrantes ou obtidos por meio de doações. Essa mobilização é de grande valor e constitui uma ação relevante e promissora para o projeto, que poderá futuramente colaborar com a organização, ampliação e difusão desses acervos.

A parceria entre a universidade e as comunidades, consolidada por meio de ações extensionistas, tem se mostrado uma iniciativa de grande potencial educativo e cultural, promovendo a construção coletiva do conhecimento a partir da realidade sociocultural dos descendentes de imigrantes poloneses do sul do Brasil. Nesse processo, a educação assume papel fundamental na valorização das identidades culturais e na promoção do diálogo entre diferentes grupos sociais.

Nos próximos anos, o objetivo é ampliar e qualificar as atividades da Biblioteca polonesa da Unespar, fortalecendo seu papel formativo, cultural e social. Entre as ações planejadas estão a criação de vitrines temáticas presenciais e virtuais, encontros literários com leitura e debate de obras e a continuidade do trabalho de catalogação e análise de “achados e guardados” (objetos e anotações encontrados nos livros), além da investigação de elementos paratextuais, como carimbos e dedicatórias.

A programação também prevê momentos de leitura intergeracional, oficinas de criação artística baseadas em ilustrações do acervo, atividades de fé e espiritualidade, declamações e contações de histórias, análises comentadas de fotografias e a produção de murais literários com fragmentos poéticos e reflexivos. Essas iniciativas visam a

fortalecer o vínculo entre universidade e comunidade, valorizando o patrimônio material e imaterial ligado à presença polonesa no Brasil.

Em síntese, a experiência da Biblioteca polonesa da Unespar, em parceria com o Clube Literário Władysław Reymont, demonstra a relevância da preservação e revitalização das línguas e culturas de herança. A partir de um acervo formado, em grande parte, por livros trazidos da Polônia entre os séculos XIX e XX, o projeto reafirma o papel da universidade pública como agente ativo na promoção da diversidade cultural, linguística e histórica.

Agradecimentos

Agradecemos à Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná, pela concessão de uma bolsa PIBEX (Programa Institucional de Bolsas para Extensão Universitária) e uma bolsa PIBIS (Programa Institucional de Apoio à Inclusão Social - Pesquisa e Extensão Universitária) para o Projeto de Extensão do Observatório polonês da Unespar e para a Biblioteca polonesa da Unespar.

Referências

FOETSCH, A. A.; CARDOSO, L. F.; ZACZEWSKI, L. M.; KRUL, D. M.; PAWLOWSKI, L.; GELCHAKI, T. Observatório polonês da Unespar: cultura, arte e identidade étnica - extensão universitária, literatura e afetividade. In: FOETSCH, A. A. *Extensão universitária na UNESPAR de União da Vitória: ações, registros e perspectivas*. Alcimara Aparecida Foetsch (Organizadora). Curitiba: CRV, 2022. p. 95-106.

FOETSCH, A. A.; TURKOT, J.; PAWLOWSKI, L.; GELCHAKI, T. Biblioteca polonesa da Unespar: a criação, o acervo e as ações. In: FOETSCH, A. A.; BROIETTI, C.; DANTAS, S. C.; CARDOSO, R. D. (Orgs.) *Atividades de extensão desenvolvidas na UNESPAR*. 1. ed. Curitiba: Editorial Casa, 2023. v. 7. p. 07-24.

GLUCHOWSKI, K. *Os poloneses no Brasil: subsídios para o problema da colonização polonesa no Brasil*. Tradução de Mariano Kawka. Porto Alegre: Rodycz & Ordakowski Editores, 2005.

JARAMILLO, O.; MARÍN-AGUDELO, S.-A. Patrimonio bibliográfico en la biblioteca pública: memorias locales e identidades nacionales. *Profesional De La información*, v. 23, n. 4, p. 425-432, 2014.

MAZUREK, J. *A Polônia e seus emigrados na América Latina (até 1939)*. Tradução de Mariano Kawka. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2016.

POSADZY, I. *Na trilha dos peregrinos: impressões de uma visita às colônias polonesas na América do Sul*. Tradução de Mariano Kawka. Poznań: Wydawnictwo Agape, 2018.

WACHOWICZ, R. C. *O camponês polonês no Brasil*. Curitiba: Fundação Cultural, Casa Romário Martins, 1981.

WACHOWICZ, R. C. Aspectos da imigração polonesa ao Brasil. *Projeções. Revista de Estudos Polono-Brasileiros*, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 10-31, 1999.

Capítulo V

Cooficialização de línguas nas Missões Sul-Rio-Grandenses: análise de Leis Ordinárias sob uma perspectiva Glotopolítica

Gabriel Bandeira do Amaral¹²

Universidade Federal da Fronteira Sul

Angelise Fagundes¹³

Universidade Federal da Fronteira Sul

Considerações iniciais

Para Guespin e Marcellesi (2021), a gestão de uma língua requer meios, instrumentos e/ou instâncias financeiras e editoriais que são da ordem do político. Assim, acreditamos que, para refletir acerca do *status* social, histórico e cultural de uma ou mais línguas, devemos investigar sua gestão de modo a compreender que espaços e determinações oficiais podem caracterizá-las politicamente sob um aspecto institucional, isto é, sob uma perspectiva de afirmação sistemática acerca destas.

Neste sentido, o presente trabalho possui como temática central a análise de 05 (cinco) leis ordinárias municipais de cooficialização de línguas na Região de Funcional Sete (RF7), sendo o levantamento realizado nos municípios pertencentes ao Conselho Regional de Desenvolvimento Missões (COREDE Missões, RS). Para a efetivação da

¹²Acadêmico do curso de Licenciatura em Letras: Português e Espanhol. Bolsista PIBIC/UFSF, pelo Projeto de Pesquisa “Estudos Glotopolíticos: as fronteiras linguísticas e culturais de Cerro Largo (RS)”. Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Cerro Largo. Membro do POLIFONIA, atuante na linha de pesquisa “Glotopolítica”. E-mail: gabriel.amaral@estudante.uffs.edu.br.

¹³ Doutora em Educação (PPGE-UFSM). Professora Adjunta da área de Ensino de Língua Espanhola, no curso de Licenciatura em Letras: Português e Espanhol. Orientadora do Projeto de Pesquisa “Estudos Glotopolíticos: as fronteiras linguísticas e culturais de Cerro Largo (RS)”. Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Cerro Largo. E-mail: angelise.silva@uffs.edu.br.

análise textual dessas legislações, optamos por uma leitura teórica embasada nas ponderações presentes na “Defesa da Glotopolítica” (*Pour la Glotopolittique*), elaborada pelos sociolinguistas Louis Guespin e Jean-Baptiste Marcellesi (2021).

Doravante, explicitamos que esta investigação acadêmica é oriunda de estudos do Projeto de Pesquisa “Estudos Glotopolíticos: as fronteiras linguísticas e culturais de Cerro Largo (RS)”, vinculado ao Grupo de Pesquisa em Políticas Linguísticas, Formação Docente e Novas Tecnologias para o Ensino de Línguas (POLIFONIA) da Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Cerro Largo. No mais, nossos objetivos centraram-se em realizar um levantamento em repositórios digitais de legislações a fim de encontrar textos sobre cooficializações de línguas, a serem analisados. Para a realização desta leitura e interpretação, debruçamo-nos a partir de três indagações primordiais, sendo elas: “*que textos são estes?*”, “*o que deliberam?*” e “*qual sua abrangência?*”. Na próxima seção, descreveremos o que é glotopolítica, de modo a elucidar a teoria que fundamenta nossa pesquisa.

Glotopolítica: definição e esclarecimentos de pesquisa

Como descrito anteriormente, orientamos o presente trabalho pela perspectiva glotopolítica, isto é, delimitamos a análise textual das legislações linguísticas a partir das indagações apresentadas, compreendendo as descrições da Defesa da Glotopolítica (Guespin; Marcellesi, 2021) como meios de contribuição da leitura de nosso *corpus*. Assim, destacamos previamente que o sentido empregado ao termo glotopolítica abrange um campo vasto das ideias sociais e linguísticas.

Para a pesquisadora Elvira Arnoux (2012), uma das grandes responsáveis pela popularização destes estudos nos espaços acadêmicos latinoamericanos, em relação à adesão da noção de Política Linguística, o termo “Glotopolítica”

[...] foi associado a Marcellesi e Guespin em 1986, [mas] o início de seu desenvolvimento é anterior; isto é, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, quando as áreas de influência [mundiais] foram divididas entre a União Soviética e os Estados Unidos. Deste modo, foi possível refletir academicamente, em meio ao nascer da linguística aplicada, sobre as políticas linguísticas que deveriam ser implementadas para impor o russo, de um lado,

e o inglês, de outro, como futuras línguas mundiais (Arnoux, 2012, p. 162, tradução nossa)¹⁴.

Nesta passagem, a pensadora argentina caracteriza a legitimação do termo supracitado para os estudos das ações políticas revestidas nas práticas de linguagem e/ou intrínsecas à sua existência a partir do marco da Defesa da Glotopolítica (Guespin; Marcellesi, 2021). Ademais, visualizamos a menção à ordem mundial presente em meados do século XX, definida pela divisão ideológica antagônica entre capitalismo e socialismo, de modo a destacar a institucionalização das línguas russa e inglesa como meios de manifestação social dos espaços dominados pelas potências então soviéticas e estadunidenses.

Em nossa pesquisa, destacamos o cenário sul-rio-grandense missioneiro enquanto espaço de estudo e, no que diz respeito às ações linguísticas envolvidas pela esfera política, a predominância da língua portuguesa como idioma nacional e hegemônico para a produção e reprodução ideológica da noção de pátria una e monolíngue, compreendendo “ideologia” a partir do que Marilena Chauí (2004) determina como um dos meios de legitimação e manutenção da dominação pelos dominantes para com os dominados. Ponderamos, neste sentido, o patamar de dominância vinculado à língua portuguesa e o patamar de dominação vinculado às demais línguas (re)existentes levantadas no espaço de estudo. Destacamos, ainda, nossa ênfase em relação às línguas oriundas de heranças culturais, isto é, os idiomas não-oriunários do território analisado, trazidos pelas ondas migratórias de imigrantes europeus em meados dos séculos XIX e XX (Ramos, 2006) ocorridas neste.

No que diz respeito à glotopolítica, Arnoux também afirma que esta

[...] comporta uma dimensão aplicada, um fazer de especializado, o planejamento linguístico, geralmente assumido por entidades governamentais, que tende a incidir no espaço social da linguagem,

¹⁴ Original: [...] es acuñado por Marcellesi y Guespin en 1986, el inicio de su desarrollo es anterior; es decir, a partir del fin de la Segunda Guerra Mundial cuando se dividieron las áreas de influencia entre la Unión Soviética y los Estados Unidos. Lo anterior permitió reflexionar académicamente, en el espacio de una incipiente lingüística aplicada, acerca de las políticas lingüísticas que deberían implementarse para imponer el ruso, en un caso, y el inglés, en el otro, como futuras lenguas mundiales.

respondendo a distintas demandas e convocando a participação das instâncias sociais envolvidas (Arnoux, 2012, p. 163, tradução nossa)¹⁵.

Em suma, notamos glotopolítica como a ação social sobre os fatos da linguagem, revestida pelo caráter político, isto é, a fala e a escrita, ademais de todo tipo de comunicação por textos verbais ou não-verbais, em suas esferas multimodais, indo dos

[...] atos minúsculos e familiares [...] até as intervenções mais visíveis: decisão sobre o direito de determinada categoria social ao uso da palavra, sob a modalidade que for (escrita, com os cadernos de queixas; oral, com a participação num conselho de administração; televisiva, com o direito a programas eleitorais em caso de candidatura etc.). Essas decisões podem implicar a língua mesma; neste caso, a glotopolítica engloba a política linguística: todos os casos de promoção, proibição, instrumentação, mudança de status de uma língua são eminentemente fatos glotopolíticos; a política linguística, portanto, é um caso particular da glotopolítica [...] (Guespin; Marcellesi, 2021, p. 23-24).

Para este trabalho, adotamos essa perspectiva por compreendê-la, assim, como abrangente dos fatos políticos formais e não formais, isto é, institucionalizados ou não, também indisciplinar e pertinente de uso para a reflexão acerca de tudo que recobre caracteres do político e do linguístico. Nesta investigação, preconizamos o olhar glotopolítico para o que foi caracterizado acima como modos de intervenções mais visíveis sobre os fatos da linguagem (Guespin; Marcellesi, 2021), logo, centramo-nos na análise do impacto político e social das legislações linguísticas de cooficialização levantadas. A seguir, descreveremos os métodos utilizados para a concretização do levantamento e da análise das leis ordinárias.

Metodologia

Nossa pesquisa possui como objetivo levantar legislações linguísticas de modo a descobrir o número de leis de cooficialização e analisar suas respectivas redações. Para tanto, consideramos esta investigação como uma análise quali-quantitativa de natureza aplicada (Silveira; Córdova, 2009). Destarte, ademais de nos centramos em quantificar o

¹⁵ Original: [...] comporta una dimensión aplicada, un hacer experto, el planeamiento lingüístico, asumido en general por entidades gubernamentales, tendiente a incidir en el espacio social del lenguaje respondiendo a distintas demandas y convocando la participación de las instancias sociales involucradas.

número de legislações linguísticas existentes, também estão inseridas, em nossas pretensões, a leitura e a interpretação de informações sob viés qualitativo, visto que este tipo de pesquisa “[...] preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (Silveira; Córdova, 2009, p. 32). Para esses aspectos não quantificáveis, determinaremos sua possível relevância a partir de seu impacto glotopolítico.

Na sequência, declaramos que o levantamento será realizado em dois repositórios digitais de legislações, sendo eles: Leis Municipais (2025) e Repositório Brasileiro de Legislação Linguística (RBLL) (Matos, 2025). Além disso, caracterizamos nossos procedimentos metodológicos como documentais (Silveira; Córdova, 2009). Visualizamos que, através dos espaços virtuais supracitados, teremos acesso aos documentos que discutem a cooficialização de línguas. Ainda, pontuamos que nosso *corpus*, isto é, nosso objeto de estudo, é composto por leis de cooficialização, sendo estas textos firmados a partir de um gênero textual de caráter técnico de documento, envolvendo ementas, parágrafos únicos e artigos.

No que diz respeito aos nossos objetivos, priorizamos meios que nos proporcionem “[...] maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses” (Silveira; Córdova, 2009, p. 35), e assim denotamos nossa pesquisa como exploratória – realizamos dentro deste parâmetro por compreender que é necessário obter respostas parciais acerca das perguntas firmadas na primeira seção deste trabalho. No mais, pontuamos que a análise textual das legislações diz respeito a uma face do problema, ou seja, a face teórica, de modo que consideramos possível obter maior familiarização com ele através de objetivos exploratórios, tendo uma elucidação mínima acerca dele por meio de sua materialidade textual, ou seja, o que se explicita visivelmente nos textos de cooficialização. No item seguinte, vamos explicitar a relação de legislações encontradas de modo a analisá-las.

Análise das Leis de Cooficialização encontradas

Com a prática do levantamento legislativo, encontramos, na região de abrangência do COREDE Missões, o total de 05 (cinco) leis, sendo estas leis ordinárias de

cooficialização de línguas, sancionadas em câmaras municipais a partir de sua aprovação por maioria simples. Visualizamos os idiomas como línguas de herança, dado seu caráter não originário do espaço de estudo, caso das línguas pertencentes às populações originárias, e sua não caracterização como idioma hegemônico e uno, caso da língua portuguesa.

Dentre as legislações encontradas, observamos a cooficialização de quatro línguas, ambicionada por vezes em coletividade (duas línguas ou mais sancionadas na mesma lei), ou com um texto legislativo para cada cooficialização. Acerca dos municípios promulgadores destas legislações e dos respectivos idiomas cooficializados, visualizamos a relação no Quadro 1, abaixo:

Quadro 1 – Leis de cooficialização

Município	Lei Ordinária	Língua Cooficializada
Guarani das Missões	Lei nº 3147/2022	Polonês
Guarani das Missões	Lei nº 3212/2023	<i>Talian</i>
Santo Ângelo	Lei nº 4797/2025	Alemão, Italiano e Polonês
Sete de Setembro	Lei nº 1294/2022	Polonês
Ubiretama	Lei nº 3118/2023	Alemão e Polonês

Fonte: Elaborado pelos autores.

No que diz respeito à redação dos textos legislativos, observamos uma semelhança significativa, salvo a lei do município de Santo Ângelo, na estrutura dos documentos e na própria seleção lexical empregada. Em suma, visualizamos, nestas legislações, uma padronização textual, possivelmente estruturada para que os municípios interessados em realizar o processo de cooficialização somente preencham os dados referentes aos nomes próprios e da língua cooficializada, além dos respectivos endereços dos pleitos municipais.

Em relação à materialidade destes documentos, isto é, o que se pode ler e está explicitado, observamos que estes textos deliberam explicitamente a cooficialização dos idiomas anteriormente referidos. Podemos visualizar essas explicitações através das ementas presentes em cada documento, apresentadas do seguinte modo:

- “Dispõe sobre a Cooficialização da língua “*Talian*” no Município de Guarani das Missões, Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências” (Guarani das Missões, 2023, p. 1);
- “INSTITUI A COOFICIALIZAÇÃO DAS LÍNGUAS POLONESA, ITALIANA E ALEMÃ NO MUNICÍPIO DE SANTO ÂNGELO/RS” (Santo Ângelo, 2025, p. 1);
- “Dispõe sobre a cooficialização da língua polonesa no Município de Guarani das Missões, Estado do Rio Grande do Sul” (Guarani das Missões, 2022, p. 1);
- “DISPÕE SOBRE A COOFICIALIZAÇÃO DAS LÍNGUAS POLONESA E ALEMÃ NO MUNICÍPIO DE UBIRETAMA, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL” (Ubiretama, 2023, p. 1);
- “Dispõe sobre a cooficialização da língua polonesa no Município de Sete de Setembro-RS, e dá outras providências” (Sete de Setembro, 2022, p. 1).

Na sequência textual, notamos um parágrafo único majoritariamente idêntico entre os quatro municípios, exceto Santo Ângelo, que não apresenta parágrafo único, mas explicita o conteúdo deste, presente no texto dos demais municípios, no primeiro artigo de sua lei. No referido espaço, descreve-se que a cooficialização especificada ocorre sem prejuízos à língua portuguesa (Guarani das Missões, 2022; Guarani das Missões, 2023; Sete de Setembro, 2022; Ubiretama, 2023) e em consonância com o artigo 216 da Constituição Brasileira de 1988 (Brasil, 2022), que caracteriza sob a autoridade da lei o que se constitui como um patrimônio material e/ou imaterial. Destarte, consideramos que a justificativa para a existência de tais legislações apresentasse nos documentos como um meio institucional gerador de mudanças (parciais) no *status* das línguas (Guespin; Marcellesi, 2021) a fim de reconhecê-las, assim, como patrimônios culturais imateriais dos municípios em que são cooficializadas.

Acerca do documento encontrado no município de Santo Ângelo, encontram-se outros quatro artigos que elucidam o conteúdo da lei, sendo o último, o artigo 5º, que determina o vigor imediato do funcionamento da deliberação ambicionada a partir da data de sua publicação. No que se refere ao segundo artigo, podemos reconhecer o que visa à cooficialização das línguas alemã, polonesa e italiana no município, no qual se descreve a busca do reconhecimento das línguas enquanto patrimônios culturais e a sua

preservação e disseminação nos mais diversos espaços municipais, ademais de sua transmissão para as futuras gerações.

No terceiro e no quarto artigos do texto (Santo Ângelo, 2025), visualizamos a designação elencada à prefeitura municipal para a efetivação do ato de cooficialização. A partir dessas passagens, retomamos as ponderações iniciais apresentadas nesta pesquisa para lembrar que “[...] a gestão de uma língua exige comissões, instâncias, ações e meios, financeiros e editoriais, que são da ordem do político” (Guespin; Marcellesi, 2021, p. 21). Elencamos outra vez este dizer, pois observamos que estão integradas a estas designações, por parte da prefeitura de Santo Ângelo, as ações de apoio a projetos, estímulo a eventos culturais, incorporação das línguas cooficializadas e até mesmo a possibilidade de criação de um Conselho Municipal de Diversidade Linguística e Cultural, isto é, o poder executivo municipal, a partir de comissões e meios financeiros, que são de ordem política, possui autorização, em nome da lei, para a regulamentação e gestão das línguas cooficializadas.

Em relação às cooficializações dos demais municípios, podemos encontrar, além do parágrafo único apresentado, outros dois artigos, sendo o primeiro deliberativo acerca do ato realizado, a exemplo: “Fica estabelecida a cooficialização das línguas polonesa e alemã no município de Ubiretama-RS, ao lado da língua portuguesa, idioma oficial da República Federativa do Brasil” (Ubiretama, 2023, p. 1). Já no que diz respeito ao segundo artigo, pontuamos que é nesta(s) passagem(ns) do(s) texto(s) que se encontram as descrições de abrangências recobertas pelo ato de cooficializar.

Desta forma, visualiza-se no artigo 2º (Guarani das Missões, 2022; Guarani das Missões, 2023; Sete de Setembro, 2022; Ubiretama, 2023) uma enumeração de 13 (treze) autorizações concedidas ao município para efetivar o reconhecimento da língua ambicionada em seu patamar igualado ao idioma nacional, o português. Assim, visualizamos que estes textos abrangem e preconizam múltiplas ações glotopolíticas sobre os fatos da linguagem, que incluem a preservação e propagação da língua enquanto patrimônio linguístico e o incentivo a eventos culturais voltados ao seu reconhecimento, bem como ações educativas através de cursos voltados para o seu ensino, além do fomento de seu uso e grafia corretos em espaços públicos e privados, além do afastamento de atitudes que evoquem preconceito linguístico em relação aos

falantes de português dotados do sotaque oriundo dessa língua. Não encontramos, todavia, no corpo do texto, esclarecimentos sobre a forma como serão efetivadas tais expectativas.

Para Guespin e Marcellesi (2021, p. 23), “O conceito de glotopolítica [...] engloba simultaneamente as políticas concertadas e as repercussões, conscientes ou inconscientes, ativas ou passivas, dessas políticas”. Neste sentido, desde as leituras e interpretações realizadas acerca das leis ordinárias levantadas, pontuamos uma não adaptação das legislações de cooficialização das línguas para com as especificidades e necessidades locais, sendo o conteúdo delas de abrangência significativa e, concomitantemente, imprevisível de ser determinado como eficaz ou não somente com a sua leitura, cabendo à investigação das repercussões ativas dessas políticas a função de responder o caráter de efetivação prática das determinações previstas em lei. A seguir, elencamos nossas reflexões finais acerca da pesquisa realizada.

Considerações Finais

A partir das constatações anteriores, podemos pontuar a gestão linguística no espaço missioneiro sul-rio-grandense, desde meios institucionais e financeiros, vinculados justamente à ordem do político (Guespin; Marcellesi, 2021). Tal pontuação é realizada a partir da visualização do que se constituem as legislações encontradas: leis ordinárias de cooficialização, que deliberam o *status* das línguas como oficiais e equiparadas ao idioma nacional e abrangem artigos que as associam a práticas educativas, socioculturais e até mesmo paisagísticas.

Acerca do *status* das línguas, reiteramos que o processo de cooficialização possui impacto parcial enquanto meio gerador dessa mudança. Afirmamos isto a partir da constatação de que o fato de cooficializar uma língua a equipara oficialmente, a nível municipal, com a língua portuguesa, mas não é capaz de movimentar instrumentos e setores, bem como afastar, somente através da redação do texto, atitudes de preconceito linguístico. Logo, compreendemos que não basta somente cooficializar, mas que se faz necessário, também, envolver os mais diversos meios sociais e culturais, como a escola, a sociedade civil e a família, para a efetivação desses textos.

No que diz respeito à ação política intrínseca aos fatos da linguagem, mas também explicitamente revestida em relação a essas leis, constatamos que este revestimento toma forma institucional e ocorre, através da visualização das datas de publicação dos textos, num movimento de “*onda*”, ou seja, um movimento coletivo e consecutivo de legalização do patamar linguístico dos idiomas antes não reconhecidos. Acerca da forma institucional, ponderamos, ainda, as câmaras municipais de vereadores como os meios para a aprovação.

Com os pontos apresentados, consideramos, por fim, uma relação “dicotômica” e/ou “antagônica” na textualidade das redações legislativas. Por um lado, em consonância com o que Guespin e Marcellesi (2021, p. 20-21) elencam, que “[...] assim como a sociedade, como a personalidade humana, a língua é da ordem da cultura, objeto socializado de ponta a ponta”, há uma busca pelo reconhecimento das línguas cooficializadas como patrimônios culturais. Por outro, há uma não adaptação dos artigos legislativos para a aplicação local, cabendo aos indivíduos e/ou instituições responsáveis pelas mais distintas efetivações glotopolíticas dessas deliberações a interpretação e o uso do que for considerado válido/aplicável ou não dentro do texto legislativo.

Agradecimentos

Registramos aqui, os devidos agradecimentos à Universidade Federal da Fronteira Sul, pela concessão da cota de bolsa para o projeto de pesquisa “Estudos Glotopolíticos: as fronteiras linguísticas e culturais de Cerro Largo (RS)”.

Referências

ARNOUX, Elvira Narvaja de. Los estudios del discurso y la glotopolítica. Entrevista a Elvira Narvaja de Arnoux. In: ZAPATA, Oscar Ivan Londoño. *Los estudios del discurso: miradas latinoamericanas I*. Ibagué: Universidad de Ibagué, 2012. p. 149-175.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, compilado até a Emenda Constitucional nº 128/2022. Coordenação de Edições Técnicas: Brasília, DF, Senado Federal, 2022.

CHAUÍ, Marilena. *O que é Ideologia*. Revisado por José E. Andrade. [S. l.: s. n.], 2004. Disponível em: <https://acrobat.adobe.com/id/urn:aaid:sc:US:3b062d0b-f5d7-45a6-94e1-aed24c1561a9>. Acesso em: 27 set. 2025.

GUARANI DAS MISSÕES. *Lei nº 3147, de 9 de agosto de 2022*. Dispõe sobre a cooficialização da língua polonesa no Município de Guarani das Missões, Estado do Rio Grande do Sul. Guarani das Missões: Câmara Municipal. Disponível em: <https://www.guaranidasmissoes.rs.gov.br/legislacao/detalhe/5083/p-styletext-alignjustifyspan-stylecolorblackdispoe-sobre-a-cooficializacao-da-lingua-polonesa-no-municipio-de-guarani-das-missoes-estado-do-rio-grande-do-sulspanp/>. Acesso em: 28 set. 2025.

GUARANI DAS MISSÕES. *Lei nº 3212, de 01 de novembro de 2023*. Dispõe sobre a cooficialização da língua “Talian” no Município de Guarani das Missões, Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências. Guarani das Missões: Câmara Municipal. Disponível em: <http://leismunicipa.is/11t17>. Acesso em: 28 set. 2025.

GUESPIN, Louis; MARCELLESI, Jean-Baptiste. Defesa da glotopolítica. In: SAVEDRA, Mônica Maria Guimarães; PEREIRA, Telma Cristina de Almeida Silva; LAGARES, Xoán Carlos (orgs.). *Glotopolítica e práticas de linguagem*. Traduzido por Marcos Bagno. Niterói: Eduff, 2021. p. 11-50.

LEIS MUNICIPAIS. *Leis Municipais*, 2025. Legislação consolidada e compilada. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/>. Acesso em: 28 set. 2025.

MATOS, Marcos Paulo Santa Rosa. *Repositório Brasileiro de Legislações Linguísticas*. Página Inicial. [S. l.]: IPOL, 2025. Disponível em: <http://ipol.org.br/repositorio-brasileiro-de-legislacoes-linguisticas-rbll/>. Acesso em 28 set. 2025.

RAMOS, Antônio Dari. *A formação histórica dos municípios da região das Missões do Brasil*. Santo Ângelo: Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Patrimônio Nacional, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, 2006.

SANTO ÂNGELO. *Lei nº 4797, de 25 de março de 2025*. INSTITUI A COOFICIALIZAÇÃO DAS LÍNGUAS POLONESA, ITALIANA E ALEMÃ NO MUNICÍPIO DE SANTO ÂNGELO/RS.

Santo Ângelo: Câmara Municipal. Disponível em: <http://leismunicipa.is/25s70>. Acesso em: 16 abr. 2025.

SETE DE SETEMBRO. *Lei nº1294, de 27 de dezembro de 2022*. Dispõe sobre a cooficialização da língua polonesa no Município de Sete de Setembro-RS, e dá outras providências. Sete de Setembro: Câmara Municipal. Disponível em: <https://direitolinguistico.com.br/repositorio/s/rbll/item?tag=Tipo%20de%20Legisla%C3%A7%C3%A3o:%20Cooficializa%C3%A7%C3%A3o,Munic%C3%ADpio%3A%20Sete%20de%20Setembro%20RS>. Acesso em: 28 set. 2025.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. Unidade 2 — A Pesquisa Científica. *In: GERHARDT, Tatiana Engels; SILVEIRA, Denise Tolfo. Métodos de Pesquisa*. Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS. Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 33-44.

UBIRETAMA. *Lei nº 3118, de 09 de março de 2023*. DISPÕE SOBRE A COOFICIALIZAÇÃO DAS LÍNGUAS POLONESA E ALEMÃ NO MUNICÍPIO DE UBIRETAMA, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Ubiretama: Câmara Municipal. Disponível em: <http://leismunicipa.is/0g40a>. Acesso em: 28 set. 2025.

Capítulo VI

Práticas glotopolíticas e integração de estudantes migrantes em escolas em contexto de fronteira

Silvana Aparecida Correia¹⁶

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Jorgelina Ivana Tallei¹⁷

Universidade Federal da Integração Latino-Americana

Política linguística educacional para o acolhimento de estudantes migrantes em contexto de fronteira

O aumento das matrículas de estudantes migrantes nas escolas brasileiras, especialmente nas regiões de fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina, revela não apenas uma oportunidade de enriquecimento cultural e linguístico, mas também a urgência de repensar o papel da escola frente à diversidade. Esse fenômeno exige do sistema educacional uma revisão profunda de suas práticas pedagógicas, curriculares e linguísticas de modo a transformar a presença desses estudantes em um elemento efetivo de valorização da pluralidade.

O Brasil conta com diversas políticas educacionais que atendem múltiplos contextos sociais das escolas do país, no entanto, no que tange a políticas educativas para atendimento de alunos migrantes, tem deixado a desejar. A situação se complica nas regiões de fronteiras, onde as políticas públicas locais de educação nem sempre consideram a diversidade cultural e linguística em que as instituições de ensino estão inseridas. Para garantir os direitos dos alunos que estudam nas escolas de fronteira, é

¹⁶ Aluna Regular do Programa de Pós-Graduação em Ensino pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, campus Foz do Iguaçu. E-mail: silcorreia078@gmail.com.

¹⁷ Professora e pesquisadora da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). E-mail: jtallei@gmail.com.

fundamental pensar numa política linguística abrangente, que reivindique a promoção de línguas oficiais dos países vizinhos, ou seja, uma política linguística que inclui a promoção de línguas como línguas de integração na região fronteiriças (Pasini; Tallei, 2022), investindo na formação continuada de professores na zona em contexto intercultural.

O município de Ramilândia-PR, localizado a menos de 100 km das divisas com Paraguai e Argentina, diferencia-se dos demais municípios ao adotar, a partir de 2025, uma política educativa linguística municipal, visando ao respeito e à valorização da língua materna do estudante migrante à integração entre os alunos. Essa política educativa linguística teve início com a implantação do componente curricular Espanhol nos anos iniciais do Ensino Fundamental na Escola Municipal Arlindo Gouveia, conforme disposto na Lei Municipal nº 1657/2025 (Ramilândia, 2025), regulamentada pelo Decreto Municipal nº 3945/2025 (Ramilândia, 2025).

No início da implantação do ensino de espanhol, a recepção por parte dos alunos brasileiros foi marcada por resistência e desinteresse. Havia episódios de desrespeito em relação à língua materna dos colegas migrantes e desentendimentos, revelando barreiras que iam muito além do vocabulário ou da gramática. Diante desse cenário, as professoras responsáveis pelo ensino da língua decidiram transformar o desafio em oportunidade. Inspiradas pelo potencial integrador do brincar, optaram por adotar práticas lúdicas e prazerosas, capazes de promover não apenas o aprendizado, mas também o respeito e a convivência. Foram planejadas atividades que favoreciam a interação e o entrosamento entre todos os estudantes, criando um ambiente mais acolhedor. Assim nasceu o projeto Línguas Sem Fronteiras, concebido como um espaço de encontro entre culturas, onde a aprendizagem do espanhol se tornou a ponte de integração e valorização da diversidade linguística na escola.

Pasini e Tallei (2022) afirmam que esses tipos de iniciativas são fundamentais para a superação de barreiras linguísticas e culturais:

Entendemos que o ensino de espanhol e uma política educacional que valorize a língua espanhola, a partir de uma perspectiva linguística nas escolas de fronteira contribuirá não apenas para a sensibilidade na língua, mas para a superação de barreiras culturais que distanciam e geram violências simbólicas entre os povos que por ali circulam (Pasini; Tallei, 2022, p. 105).

Desta forma, ensinar espanhol nas escolas de fronteira, com base em uma abordagem sensível à diversidade linguística, contribui para valorizar a cultura local e reduzir desigualdades e preconceitos entre os povos que convivem nesses territórios.

Este trabalho propõe analisar os efeitos e os desafios do projeto Línguas Sem Fronteiras na Escola Municipal Arlindo Gouveia, em fase inicial, compreendendo-o como exemplo de política linguística sensível ao território e à diversidade dos sujeitos que compõem a comunidade escolar e realizadas por professores enquanto agentes glotopolíticos (Lagares, 2018), que assumiram uma postura ética e transformadora ao escolher valorizar a diversidade linguística dos alunos migrantes e combater o apagamento de suas línguas e identidades.

Agentes glotopolíticos

A deliberação de leis e decretos e as criações de cargos de professores de língua estrangeiras para implantação da política linguística do município de Ramilândia são iniciativas que representam um esforço da administração municipal pelo reconhecimento e valorização dos repertórios linguísticos dos alunos migrantes. Esta é uma ação reconhecida por Lagares (2018) como ação glotopolítica, ou seja, houve uma escolha por mudar o ensino das línguas nas escolas.

[...] reconhece-se como glotopolítica toda e qualquer ação sobre a linguagem, nos mais diversos âmbitos e níveis, sem pretender tornar obsoletos os termos planejamento ou política linguística, mas deixando explícito que toda decisão sobre a linguagem tem efeitos “glotopolíticos” (Lagares, 2018, p. 32).

No entanto, é importante observar que essa experiência ainda é exceção. Em muitos municípios no entorno, com contextos migratórios semelhantes, os estudantes são forçados a silenciar suas línguas de origem em nome de uma falsa ideia de integração, reduzida à assimilação ao português. Reconhecer a realidade sociolinguística e cultural das fronteiras vai além de uma questão geográfica ou pedagógica, trata-se de uma escolha política de querer ver o outro e reconhecer as características das escolas de fronteira.

Da mesma forma, as professoras que ministram espanhol na escola Arlindo Gouveia desenvolveram uma ação glotopolítica ao optarem por ensinar a língua de forma lúdica e divertida, com o objetivo de despertar a atenção do aluno para conhecer a língua espanhola e servir como instrumento de integração social e inclusão.

A importância da política educativa linguística em contextos de fronteira

Nos municípios localizados nas faixas de fronteira, é fundamental adotar políticas educacionais planejadas e formais para garantir que a realidade linguística da fronteira seja refletida na escola. Isso significa criar uma política plurilíngue, ou seja, que reconheça e valorize mais de uma língua no contexto escolar, especialmente o espanhol, que é amplamente usado na região por conta da proximidade com Paraguai e Argentina, conforme afirmam Pasini e Tallei (2022):

Consideramos fundamental que o município desenvolva políticas educacionais a fim de implementar uma política plurilíngue na fronteira. Um currículo que considere a diversidade cultural presente no município, e que o espanhol seja reconhecido por meio de uma política educativa linguística a partir da sua inclusão no currículo escolar (Pasini; Tallei, 2022, p. 107).

Neste contexto, é fundamental planejar uma política educativa linguística específica para a realidade das escolas. Essa política deve reconhecer e incluir, de forma sistemática, as línguas que circulam nesses territórios, integrando-as aos currículos escolares em todos os níveis.

É preciso dizer que a ausência de uma política linguística estruturada contribui para a negação do direito à aprendizagem plena e para o apagamento das identidades linguísticas e culturais dos estudantes migrantes. A imposição do português como única língua legítima na escola não apenas dificulta o processo de escolarização, mas também afeta o pertencimento e o bem-estar emocional dos alunos e limita a integração. O projeto da escola municipal Arlindo Gouveia Línguas Sem Fronteiras, representa uma resposta concreta a esse desafio. Ao reconhecer a diversidade linguística como riqueza pedagógica e não como obstáculo, o município aposta na valorização dos repertórios dos estudantes migrantes como caminho para a integração, o fortalecimento do convívio

escolar e a construção de uma educação mais inclusiva, democrática e sensível às realidades locais.

Projeto Línguas Sem Fronteiras

A disciplina de Espanhol nos anos iniciais do Ensino Fundamental da Escola Municipal Arlindo Gouveia foi implantada com a promulgação da Lei Municipal nº 1657/2025. No início do projeto, as professoras utilizaram livros didáticos de espanhol como recurso pedagógico. No entanto, houve resistência por parte de alguns alunos com o estudo da língua e desrespeito com os colegas.

Diante desse quadro, as professoras de espanhol optaram por mudar as práticas pedagógicas, visando a incentivar todos os alunos a estudar o idioma para melhorar a interação na sala de aula e dar continuidade no projeto, uma ação glotopolítica (Lagares, 2018). Assim, esse projeto escolar tem o objetivo de promover a integração entre alunos brasileiros e migrantes por meio de uma abordagem lúdica e contextualizada ao ambiente escolar. O nome do projeto foi escolhido pelas professoras de língua estrangeira para refletir seu espírito, ou seja, derrubar barreiras linguísticas e culturais, construindo pontes comunicação, amizade e respeito.

Utilizando a ludicidade como estratégia central por meio de jogos, desenhos, pinturas, músicas, cartazes, placas bilíngues e atividades de identificação dos espaços escolares feitas pelos próprios alunos – o projeto busca tornar o aprendizado da língua espanhola não apenas acessível, mas também atrativo e significativo para os estudantes, visto que são abordados assuntos do contexto escolar e situações do cotidiano das crianças.

Na ausência de documentos específicos para orientação do ensino da língua espanhola nas escolas, as professoras adaptaram diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) recomendadas para o inglês, como jogos, músicas e dramatizações, para o espanhol a BNCC diz que:

Para o trabalho pedagógico, cabe ressaltar que diferentes recursos midiáticos verbo-visuais (cinema, internet, televisão, entre outros) constituem insumos autênticos e significativos, imprescindíveis para a instauração de práticas de

uso/interação oral em sala de aula e de exploração de campos em que tais práticas possam ser trabalhadas. Nessas práticas, que articulam aspectos diversos das linguagens para além do verbal (tais como o visual, o sonoro, o gestual e o tátil), os estudantes terão oportunidades de vivência e reflexão sobre os usos orais/oralizados da língua inglesa (BNCC, 2017, p. 141).

As mídias verbo-visuais apontadas no trecho da BNCC embasam os trabalhos pedagógicos realizados no projeto Línguas Sem Fronteiras, pois combinam linguagem verbal com elementos visuais para facilitar a compreensão e a aprendizagem significativa. Atividades que incluem jogos, infográficos (textos curtos, imagens, desenhos, ícones e cores), confecção de cartazes, jogos digitais no laboratório de informática com som e imagens são especialmente eficazes no ensino de línguas.

As professoras também incentivam a troca de saberes entre os estudantes brasileiros e os estudantes migrantes, com estes ensinando espanhol aos colegas brasileiros e aprendendo português em contrapartida, o que ilustra com força essa pedagogia do encontro, do reconhecimento e da integração.

Ao optar por não utilizar materiais não padronizados e currículos engessados fora do contexto dos alunos e escolher atividades planejadas conforme as realidades e necessidades de cada turma, os professores do projeto adotam princípios de uma política linguística viva, situada e comprometida com os sujeitos que dela fazem parte. Nesse sentido, as autoras contribuem que:

Na fronteira, o conhecimento e a sensibilização na língua espanhola possibilitariam um olhar sobre uma realidade linguística e cultural que atravessa todos os dias o mundo da criança, na escola, no bairro, no brincar, pois forma parte de seu território (Pasini; Tallei, 2022, p. 113).

Nesse sentido, o projeto escolar aqui apresentado se configura como uma resposta concreta à política linguística instituída pelo município de Ramilândia, conforme previsto no Decreto nº 3945/2025 e na Lei nº 1657/2025, demonstrando que uma escola sensível à diversidade pode sim, ser um lugar onde todas as vozes encontram espaço para florescer.

Alguns resultados do projeto Línguas Sem Fronteiras

Ao observar o projeto Línguas Sem Fronteiras é possível perceber um processo educacional marcado por contradições, mas também por transformações significativas. Ainda em fase inicial, a iniciativa enfrenta desafios concretos, relacionados especialmente à formação continuada dos docentes e à resistência de parte da comunidade escolar, que muitas vezes não compreende a real importância de uma política linguística voltada ao acolhimento.

Sabe-se que qualquer projeto que gere mudança é sempre um desafio, mas apesar dessas limitações que precisam de ações para serem superadas, os efeitos positivos observados são expressivos e não podem ser ignorados.

Um aspecto que tem contribuído para o sucesso inicial do projeto é a sua proposta pedagógica lúdica e afetiva, que rompe com métodos tradicionais baseados apenas em regras gramaticais e conteúdos descontextualizados do cotidiano. Ao valorizar o brincar, o fazer artístico e a oralidade como caminhos de aprendizagem, o projeto cria um ambiente mais leve, criativo e significativo e conquista a atenção dos alunos. As atividades com jogos, cartazes plurilíngues, músicas e interações visuais que requerem a interação e o trabalho coletivo tornam o processo de aquisição da segunda língua mais natural, despertando o interesse das crianças e promovendo uma aproximação espontânea entre os diferentes grupos linguísticos, além de ressaltar a importância da ajuda mútua que ocorre nas salas.

Outro ponto importante observado no ensino de espanhol na escola é o impacto positivo sobre dois estudantes autistas que não se comunicavam em língua portuguesa e permaneciam silenciosos durante as aulas dessa disciplina. No entanto, nas aulas de espanhol, ambos demonstraram engajamento ativo: participaram das atividades, expressaram suas opiniões e interagiram com colegas e professoras. O espanhol se revelou para esses estudantes como um estímulo, contribuindo na comunicação e na ampliação das possibilidades de participação social no contexto escolar.

É importante relatar também a redução das práticas de intolerância linguística e das manifestações de xenofobia entre os alunos brasileiros em relação aos colegas migrantes. No início do ano letivo, muitos estudantes estrangeiros se calavam por medo

de errar ou de serem ridicularizados. Aos poucos passaram a ocupar um espaço mais ativo na sala de aula, assumindo inclusive o papel de mediadores linguísticos, ajudando os colegas brasileiros com a pronúncia correta de palavras em espanhol.

Esse deslocamento de posição contribuiu diretamente para a elevação da autoestima desses estudantes, bem como para o fortalecimento do seu sentimento de pertencimento ao ambiente escolar para sua interação social. No Eixo Dimensão Intercultural para o ensino de inglês disposto na BNCC é dito que:

Reflexão sobre aspectos relativos à interação entre culturas (dos alunos e aquelas relacionadas a demais falantes de língua inglesa), de modo a favorecer o convívio, o respeito, a superação de conflitos e a valorização da diversidade entre os povos (BNCC, 2017, p. 248).

Neste sentido, as atividades desenvolvidas com os alunos para promover o respeito mútuo e combater atitudes xenofóbicas estão em conformidade com o previsto na BNCC para o ensino de língua inglesa, habilidade (EF06LI16), onde diz “Construir repertório relativo às expressões usadas para o convívio social e o uso da língua inglesa em sala de aula” (BNCC, 2017, p. 249).

O projeto Línguas Sem Fronteiras vai além do ensino do Espanhol, atuando como prática política educativa de valorização da diversidade e de reconstrução da escola como espaço de escuta, reconhecimento e convivência. Ao promover o uso do espanhol com entusiasmo e respeito, o projeto transforma a escola em um lugar onde as diferenças linguísticas são trabalhadas.

Apesar dos desafios, a iniciativa mostra que é possível romper com um modelo educacional excludente, valorizando as línguas como parte da identidade dos sujeitos e fortalecendo os vínculos sociais, culturais e afetivos no ambiente escolar.

Considerações

A política educativa linguística adotada pelo município de Ramilândia representa um avanço significativo ao reconhecer e valorizar a diversidade linguística presente no espaço fronteiriço. O projeto Línguas Sem Fronteiras, conduzido por coordenadores e

professoras que atuam como agentes glotopolíticos, mostra-se uma ação concreta de inclusão ao promover o ensino do espanhol de forma lúdica e contextualizada. Apesar dos desafios enfrentados, como a necessidade de formação continuada de professores e a resistência de parte da comunidade escolar, os resultados iniciais são positivos: maior integração entre alunos, redução da intolerância linguística e fortalecimento do sentimento de pertencimento dos estudantes migrantes. No entanto, por estar em fase inicial, o projeto ainda exige ajustes e apoio institucional para que sua proposta se torne sólida e duradoura e possa realmente transformar o ambiente escolar fronteiriço em um espaço inclusivo, capaz de atender o aluno migrante conforme as suas especificidades.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 12 jan. 2026.

LAGARES, X. C. *Qual política linguística?* Desafios glotopolíticos contemporâneos. São Paulo: Parábola Editorial, 2018.

PASINI, Juliana F. S.; TALLEI, Jorgelina I. Políticas educativas desde uma perspectiva linguística nas escolas da tríplice fronteira. *Revista Panorâmica*, v. 36, p. 123-142, 2022.

RAMILÂNDIA (PR). Lei nº 1.657, de 13 de maio de 2025. Dispõe sobre a implantação dos componentes curriculares de Espanhol e/ou Inglês nas escolas da rede municipal de ensino do município de Ramilândia – PR e dá outras providências. *Diário Oficial Eletrônico do Município de Ramilândia*, Ramilândia, PR, 13 maio 2025. Disponível em: <https://www.diario.ramilandia.pr.gov.br/diario-oficial-eletronico>. Acesso em: 12 jan. 2026.

RAMILÂNDIA (PR). Decreto nº 3.945, de 6 de junho de 2025. Dispõe sobre a regulamentação da política linguística e educacional para atendimento e integração dos estudantes migrantes nas escolas da rede municipal de ensino de Ramilândia e dá outras providências. *Diário Oficial Eletrônico do Município de Ramilândia*, Ramilândia, PR, 6 jun. 2025. Disponível em: <https://www.diario.ramilandia.pr.gov.br/diario-oficial-eletronico>. Acesso em: 12 jan. 2026.

Capítulo VII

Problematizações da Política Curricular de Educação Bilíngue da Rede Pública Municipal de Ensino de Blumenau/SC

Caique Fernando da Silva Fistarol¹⁸
Universidade Regional de Blumenau

Andreza Cipriani¹⁹
Universidade Regional de Blumenau

Marcia Regina Selpa Heinzle²⁰
Universidade Regional de Blumenau

Introdução

O município de Blumenau/SC foi colonizado por imigrantes alemães em 1850. Durante o Estado Novo (1937-1945), o uso de línguas adicionais foi proibido, inclusive na cidade. Após um longo período de silenciamento, a língua alemã retornou ao currículo em 16 escolas da Rede Municipal por meio do projeto PLURES – *Projeto de Política Linguística para a Língua Alemã em Blumenau* (Probst; Fistarol; Pottmeier, 2019).

Com influência de organismos nacionais e internacionais (Ball, 1998, 2008, 2016), a Prefeitura, via Secretaria Municipal de Educação (SEMED) e Conselho Municipal de

¹⁸ Doutorando em Educação pela Universidade Regional de Blumenau (FURB) e bolsista CNPq. Professor de Língua Inglesa da Rede Pública Municipal de Blumenau. Foi coordenador do componente curricular de Língua Inglesa e da organização de ensino da Educação Bilíngue pela Secretaria Municipal de Educação de Blumenau.

¹⁹ Doutoranda em Educação (2022) pela Universidade Regional de Blumenau (FURB) e bolsista CAPES. Licenciada e Mestre em Química pela mesma instituição.

²⁰ Professora e Pesquisadora da graduação e do PPGE em Educação da Universidade Regional de Blumenau (FURB). Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (GEPES-FURB). Coordenadora do Observatório de Internacionalização da Educação Básica.

Educação (CME), instituiu em 2018 a política curricular de Educação Bilíngue – língua portuguesa/língua alemã e língua portuguesa/língua inglesa; em 2020, incluiu língua portuguesa/língua brasileira de sinais (Libras).

O objetivo desta pesquisa é problematizar experiências e desafios da política curricular de Educação Bilíngue no período de sua implementação até o presente. Sua relevância está na divulgação de dados e na trajetória da modalidade de ensino (Megale, 2019) na perspectiva da equidade, da cidadania global e da justiça social, ofertada a toda população e servindo de referência para outras redes públicas municipais e estaduais.

O estudo organiza-se da seguinte forma: bases teóricas (Política Curricular, Educação Bilíngue e Intercultural), metodologia (tipo de pesquisa, contexto e instrumentos), discussão (experiências e desafios da Rede Municipal de Blumenau) e, por fim, considerações finais com problematizações a partir dos resultados.

Fundamentação Teórica

A fundamentação teórica desta pesquisa apoia-se em duas bases: políticas educacionais e educação linguística. Esses conceitos orientam as escolhas dos pesquisadores ao problematizar experiências e desafios da Educação Bilíngue na Rede Pública Municipal de Blumenau/SC. Compreende-se a educação linguística como um processo formativo que busca desenvolver nos aprendizes uma consciência crítica sobre o papel social e político da língua(gem). Segundo Rajagopalan (2003), aprender uma língua não se resume ao domínio de estruturas gramaticais, mas implica compreender os usos linguísticos como práticas que constroem identidades, expressam ideologias e moldam as relações de poder. Nessa perspectiva, a educação linguística deve promover a reflexão sobre como a língua(gem) participa da constituição da realidade e possibilita ao sujeito agir eticamente e de modo transformador em seu contexto social.

A Educação Bilíngue, entendida como modalidade de ensino (Megale, 2019), resulta de práticas e propostas curriculares selecionadas em detrimento de outras. Tais escolhas, legitimadas no Currículo da Educação Básica do Sistema Municipal (Blumenau, 2021) e em documentos normativos expedidos pela Prefeitura de Blumenau (Blumenau, 2018a, 2019a, 2019b, 2020a, 2020b) e pelo CME (Blumenau, 2018b, 2022), configuram-

se como “seleção e produção de saberes, visões de mundo, habilidades, valores, símbolos e significados [...] aptos a serem ensinados” (Lopes, 2004, p. 111).

Nesse sentido, a política de Educação Bilíngue busca a “ampliação de repertório dos estudantes, que por meio da língua adicional podem acessar bens culturais e fontes de conhecimento inacessíveis apenas em sua língua materna” (Megale; El-Kadri, 2023, p. 36).

A política curricular de Educação Bilíngue, proposta para a Rede Pública Municipal de Blumenau, ancora-se em uma perspectiva intercultural, entendida como “processo dinâmico e permanente de relação, comunicação e aprendizagem entre culturas em condições de respeito, legitimidade mútua, simetria e igualdade” (Walsh, 2001, p. 10-11).

Na sequência, apresentamos brevemente o tipo de estudo, o aporte metodológico, o método de geração e análise de dados e o contexto pesquisado.

Metodologia

Classificamos esse estudo, de natureza qualitativa, como descritivo, uma vez que se dedica a detalhar as experiências e os desafios da política curricular de Educação Bilíngue, descrevendo o contexto, as práticas e os documentos que a norteiam, com o intuito de proporcionar uma nova visão sobre o fenômeno estudado (Gil, 2008).

O objeto de estudo desta pesquisa é a política curricular de Educação Bilíngue na Rede Pública Municipal de Ensino de Blumenau/SC. A escolha do contexto do município de Blumenau/SC se deve: i) à participação do pesquisador principal na elaboração dos documentos institucionais da SEMED e CME durante a implementação da política curricular; ii) ao fato de Blumenau ser o segundo município do Vale do Itajaí a adotar a Educação Bilíngue em Rede Pública Municipal; iii) à continuidade dessa política há 7 anos; e iv) à presença da política curricular em 21 das 47 escolas municipais, sendo 5 em língua portuguesa/língua alemã, 15 em língua portuguesa/língua inglesa e 1 em língua portuguesa/Libras.

A análise abrange documentos expedidos pela Prefeitura, SEMED e CME, no período de 2018 a 2025, conforme o Quadro 1.

Quadro 1 – Documentos institucionais da Prefeitura de Blumenau, da SEMED e do CME

Título	Órgão	Ano
Decreto nº 11.850	Prefeitura de Blumenau	2018
Resolução nº 01	CME	2018
Lei nº 8.699	Prefeitura de Blumenau	2019
Lei nº 8.956	Prefeitura de Blumenau	2020
Decreto nº 12.886	Prefeitura de Blumenau	2020
Currículo da Educação Básica do Sistema Municipal de Ensino de Blumenau	SEMED	2021
Resolução nº 06	CME	2022

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Após a realização da leitura dos referidos documentos institucionais e considerando as bases teóricas descritas, elencamos, a partir da análise do conteúdo (Bardin, 2016), duas categorias *a priori* para problematizarmos as experiências e os desafios da política curricular de Educação Bilíngue da Rede Pública Municipal de Ensino de Blumenau/SC, de acordo com a próxima seção deste estudo.

Resultados e Discussões

Foram elencadas duas categorias *a priori*, de acordo com as bases teóricas, como descrito na seção anterior: i) escolha das línguas adicionais; e ii) organização da modalidade de ensino (Megale, 2019).

A primeira categoria dialoga com Lopes (2004), que entende a política curricular como seleção de saberes legitimados. Em Blumenau, optou-se por determinadas línguas adicionais em detrimento a outras. As justificativas são: a) a língua alemã, por ser patrimônio imaterial e língua de herança; b) a língua inglesa, por seu status de língua franca no processo de globalização; e c) a Libras, por ser língua reconhecida oficialmente e atender à perspectiva inclusiva, voltada a ouvintes. Essas escolhas se relacionam à perspectiva sociocultural de Blumenau e a documentos como a BNCC (Brasil, 2018), que redefine a língua inglesa como língua franca, e a Lei nº 14.191/2021, que regulamenta a Educação Bilíngue de Surdos.

Quanto à segunda categoria, o Currículo de Blumenau (2021) define três organizações para a modalidade de ensino (Megale, 2019): i) *Currículo Integrado* – componentes ministrados, concomitantemente, em língua portuguesa e língua adicional (línguas alemã ou inglesa); ii) *Currículo Integrado por Itinerância* – aulas em Libras, em três ou quatro aulas do turno regular, nos Anos Iniciais; e iii) *Currículo Adicional* – ampliação da carga horária em línguas alemã ou inglesa no contraturno, adotado apenas nas escolas-piloto EBM Bilíngue Erich Klabunde e EBM Bilíngue Professor Fernando Ostermann.

Essas organizações foram estruturadas conforme a realidade do município, diante da ausência de pedagogos bilíngues ou com habilitação em línguas adicionais. Assim, a solução encontrada foi articular pedagogos e professores de línguas adicionais para planejar, atuar e avaliar coletivamente a implementação da política curricular.

Na última seção, apresentamos problematizações sobre experiências e desafios observados nessas categorias.

Considerações Finais

O objetivo deste estudo foi problematizar experiências e desafios da implementação da política curricular até o momento presente. Nesse sentido, as reflexões apresentadas evidenciam que a política curricular de Educação Bilíngue na Rede Pública Municipal de Blumenau/SC configura-se como uma ação educativa que ultrapassa o ensino de línguas em sentido estrito, aproximando-se do que Rajagopalan (2003) denomina de prática política e ética da linguagem – um espaço em que o aprender uma língua envolve compreender os modos como ela constrói identidades e reproduz ou questiona relações de poder.

Nessa perspectiva, a Educação Bilíngue pode ser entendida como desdobramento de uma educação linguística, pois possibilita que os sujeitos se tornem conscientes da pluralidade cultural e das implicações sociais do uso da linguagem. Megale (2019) ressalta que essa modalidade de ensino, quando pautada em princípios de equidade, amplia o repertório cultural e linguístico dos estudantes e contribui para a formação de cidadãos capazes de agir criticamente em contextos multiculturais. Walsh

(2001) complementa que a interculturalidade é um processo permanente de diálogo e aprendizagem entre culturas, sustentado pelo respeito e pela legitimidade mútua, o que reforça o papel da escola como espaço de convivência e valorização das diferenças. Para Monte Mór (2018), a educação linguística promove a reflexão sobre as práticas discursivas e o desenvolvimento de uma cidadania ativa e ética, preparando o indivíduo para participar de maneira significativa em sociedades globais e plurilíngues. Assim, a consolidação de uma política pública de Educação Bilíngue em Blumenau requer não apenas a ampliação de formações docentes e materiais específicos, mas também o fortalecimento de uma política linguística municipal que reconheça a diversidade como elemento constitutivo da justiça social e da cidadania global.

Contudo, a Rede Pública Municipal de Ensino de Blumenau enfrenta dois grandes desafios: i) a formação de pedagogos dos anos iniciais, de professores de línguas adicionais e dos componentes curriculares dos anos finais; e ii) a criação de uma política linguística municipal que estimule a circulação dessas línguas nos espaços sociais, eventos e informativos locais (Megale, 2019).

Concluimos que, além da oficialização do alemão como patrimônio imaterial, é necessário articular a política curricular com uma política linguística que valorize a multiculturalidade e ultrapasse os limites escolares. Ressaltamos, ainda, que este estudo será ampliado em publicações futuras com outras categorias e reflexões sobre experiências e desafios da implementação da política curricular da Educação Bilíngue da Rede Pública Municipal de Blumenau/SC até o presente momento.

Referências

BALL, Stephen J. Big policies/small world: An introduction to international perspectives in education policy. *Comparative education*, v. 34, n. 2, p. 119-130, 1998.

BALL, Stephen J. Following policy: Networks, network ethnography and education policy mobilities. *Journal of education policy*, v. 31, n. 5, p. 549-566, 2016.

BALL, Stephen J. New philanthropy, new networks and new governance in education. *Political studies*, v. 56, n. 4, p. 747-765, 2008.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Tradução de Luís de Antero Rêgo e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2016. Obra original publicada em 1977.

BLUMENAU. *Currículo da Educação Básica do Sistema Municipal de Ensino de Blumenau*. Blumenau: Secretaria Municipal de Educação, 2021.

BLUMENAU. *Decreto nº 11.850, de 24 de julho de 2018*. Dispõe sobre a criação no Sistema Municipal de Ensino de Blumenau da Escola Bilíngue nas Escolas Básicas Municipais Erich Klabunde e Professor Fernando Ostermann: Prefeitura Municipal de Blumenau, 2018a.

BLUMENAU. *Decreto nº 12.369, de 14 de outubro de 2019*. Dispõe sobre a criação do programa “Escola Bilíngue” no Sistema Municipal de Ensino de Blumenau. Blumenau: Prefeitura Municipal de Blumenau, 2019a.

BLUMENAU. *Decreto nº 12.886, de 23 de outubro de 2020*. Dispõe sobre a Educação Bilíngue no Sistema Municipal de Ensino de Blumenau. Blumenau: Prefeitura Municipal de Blumenau, 2020a.

BLUMENAU. *Lei Ordinária nº 8.956, de 10 de dezembro de 2020*. Dá nova denominação às escolas da Rede Municipal participantes da Educação Bilíngue e dá outras providências: Prefeitura Municipal de Blumenau, 2020b.

BLUMENAU. *Lei Ordinária nº 8.699, de 16 de abril de 2019*. Dá nova denominação à Escola Municipal Erich Klabunde e à Escola Básica Municipal Professor Fernando Ostermann e dá outras providências: Prefeitura Municipal de Blumenau, 2019b.

BLUMENAU. *Resolução CME nº 01, de julho 2018*. Estabelece normas para a oferta da Escola Bilíngue em escolas de Educação Infantil e do Ensino Fundamental pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino de Blumenau. Blumenau: Conselho Municipal de Educação, 2018b.

BLUMENAU. *Resolução nº 006/2022/CME/Blumenau*. Revoga a Resolução nº 01/2018 e estabelece normas para a oferta da educação bilíngue nas instituições de ensino pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino de Blumenau. Blumenau: Conselho Municipal de Educação, 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental*. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 08 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. *Diário Oficial da União*, Brasília, 04 de agosto de 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2021/lei/l14191.htm. Acesso em: 13 jan. 2026.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LOPES, Alice Casimiro. Políticas curriculares: continuidade ou mudança de rumos?. *Revista Brasileira de Educação*, n. 26, p. 109-118, 2004.

MEGALE, Antonieta. Bilinguismo e educação bilíngue. In: *Educação Bilíngue no Brasil*. São Paulo: Fundação Santillana, 2019. p. 13-28.

MEGALE, Antonieta; EL KADRI, Michele. *Escola bilíngue: e agora? (Trans)Formando saberes na Educação de professores*. São Paulo: Fundação Santillana, 2023.

MONTE MÓR, Walkyria. *Educação linguística crítica e formação de professores: perspectivas para o ensino de línguas na contemporaneidade*. São Paulo: Parábola, 2018.

PROBST, Melissa; FISTAROL, Caique Fernando; POTTMEIER, Sandra. Da nacionalização à escola bilíngue: reflexões sobre a educação linguística em Blumenau/SC. *Revista EntreLinguas*, v. 5, n. 1, p. 142-161, 2019.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. *Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo: Parábola, 2003.

WALSH, Catherine. *La educación intercultural en la educación*. Perú: Ministerio de Educación, 2001. Documento de trabalho.

Capítulo VIII

Relación entre Salud Intercultural y Promoción de la Salud: Evidencias desde la Micro Red Vinchos, Huamanga - Ayacucho, Perú 2024

Yurico Pillaca Prado²¹

Universidade Federal da Integração Latino-Americana / CAPES

Introducción

La existencia de barreras en los servicios de salud, a nivel internacional se ha evidenciado las profundas desigualdades en la atención a la población, particularmente las de carácter cultural, que obstaculizan el acceso adecuado a la información sobre prevención de enfermedades y la utilización de servicios sanitarios. Para alcanzar una óptima promoción de la salud, es necesario considerar la diversidad de las comunidades, ofreciendo servicios que se basen en sus creencias y prácticas culturales, atendiendo a factores como la barrera idiomática, las tradiciones y el tipo de alimentación (Girona, 2021). La Organización de Naciones Unidas (ONU), en su Agenda 2030, ha promovido iniciativas para reafirmar el principio de la salud intercultural e inclusiva para todos (Del Pino; Gómez, 2022), si bien los avances aún no evidencian una reducción significativa de las brechas en salud (Marinha, 2023). En el plano nacional, Perú es un país multiétnico con 54 pueblos indígenas y 48 lenguas (Mesa de Concertación para la Lucha contra la Pobreza [MCLCP], 2021). Aunque el Estado incorporó la Política Sectorial de Salud Intercultural para reducir la discriminación (Henckell, 2022) y asegurar servicios integrales (Diario El Peruano, 2023), la implementación es deficiente. Se ha reportado

²¹ Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).
E-mail: yp.prado.2025@aluno.unila.edu.br.

que solo el 29% de los establecimientos poseía recursos humanos capacitados (Espinoza-Portilla *et al.*, 2020), y el 97.65% carecía de capacidad instalada adecuada en infraestructura, equipamiento y personal (Henckell, 2022).

El estudio se centra en la Micro Red Vinchos, ubicada en el distrito de Vinchos, departamento de Ayacucho, provincia de Huamanga, al sur del Perú. Donde se constató una deficiencia en la salud intercultural. El personal no ofrece atención en el idioma del paciente y el entorno es ajeno a la cultura local, generando una brecha de comunicación que causa miedo y rechazo a la atención oportuna. Estos factores acrecientan la brecha de acceso y perpetúan la inequidad en la promoción de la salud, conllevando a la anticipación de un deterioro de la salud poblacional. Esta problemática motivó la pregunta de investigación: ¿De qué manera la salud intercultural se relaciona con la promoción de la salud en la Micro Red de Vinchos, Huamanga – 2024? El objetivo general fue determinar de qué manera la salud intercultural se relaciona con la promoción de la salud en la Micro Red de Vinchos, Huamanga – 2024, con objetivos específicos orientados a las dimensiones de la salud intercultural.

Es importante señalar que, la salud intercultural se considera un subcampo de la salud pública que involucra la racionalización de la atención terapéutica, la promoción y prevención de la salud, y el fortalecimiento de los sistemas de salud nativos o indígenas (Aguilar *et al.*, 2020). Este concepto se refiere al proceso práctico y relacional entre profesionales y pacientes de culturas diferentes, que debe basarse en el respeto mutuo, la comprensión y el reconocimiento de los conocimientos, tradiciones y valores (Beltrán-Véliz *et al.*, 2022). Los objetivos de la salud intercultural buscan la complementariedad entre los sistemas de salud occidentales y nativos (Beltrán-Véliz *et al.*, 2022). Teóricamente, el Modelo de competencia cultural de Campinha-Bacote destaca la capacidad de los profesionales para interactuar eficazmente con diversas culturas (Li *et al.*, 2023). Asimismo, la Teoría de la diversidad y universalidad de los cuidados culturales de Madeleine Leininger subraya que la cultura determina los estilos y patrones de vida e influye en las decisiones de salud (Mairal *et al.*, 2021). Las dimensiones del estudio incluyen la sensibilización y concientización (Del Pino; Gómez, 2022), el diseño de programas (Fondo de Población de las Naciones Unidas, 2017), la utilización de

intérpretes (Organización Internacional para las Migraciones, 2022), la participación comunitaria y la competencia cultural (MCLCP, 2021).

La promoción de la salud es una disciplina de la salud pública enfocada en las características de la población, trabajando para incrementar el bienestar y proteger a las personas de riesgos (De La Guardia; Ruvalcaba, 2020). Constituye un proceso social y político que busca fortalecer las capacidades de las personas y modificar las condiciones sociales, económicas y ambientales para un impacto positivo en la salud colectiva (Organización Panamericana de la Salud, 2023). El término, establecido por Henry Sigerist en la década de los cuarenta y formalizado en la Carta de Ottawa de 1986, busca que la población supere un rol pasivo y asuma un papel activo en el cuidado de su salud (Guevara; Marrufo, 2021). Su importancia se basa en su naturaleza predecible, al prevenir la progresión natural de las enfermedades y mejorar la calidad de vida (Hernández-Vásquez, 2019). Las teorías que la sustentan incluyen el Modelo de promoción de la salud (MPS) de Nola Pender, que explica el comportamiento motivado por el deseo de bienestar (Aristizábal *et al.*, 2011), y el Modelo operativo de la salud, que busca favorecer los determinantes positivos de la salud (De La Guardia; Ruvalcaba, 2020). Sus dimensiones incluyen educación en salud, prevención de enfermedades, entornos saludables, estilos de vida, y participación de los involucrados (De La Guardia; Ruvalcaba, 2020).

Los antecedentes internacionales respaldan la relevancia de la salud intercultural en la promoción sanitaria. Aguilar *et al.* (2020) concluyeron que la salud intercultural debe ser adaptable para interrelacionar la cultura del paciente, del médico y de la institución. Eroza y Carrasco (2020) señalaron que la comunicación como barrera es un problema y aconsejaron el humanismo para lograr el diálogo intercultural. Veliz *et al.* (2019) indicaron que este modelo busca promover estrategias de salud con identidad y cercanía efectiva a la comunidad, mientras que Pérez (2015) enfatizó que los usuarios necesitan acceso a una buena calidad y oportunidad de atención, con un trato respetuoso y sin discriminación.

A nivel nacional, Ortega (2024) corroboró un vínculo significativo entre el enfoque intercultural y la calidad de los servicios percibidos por los usuarios de obstetricia en Apurímac ($r=0.748$; $p=0.000$). Montalvo *et al.* (2022) también evidenciaron

que el enfoque intercultural y el programa de promoción de la salud están relacionados, y señalaron la responsabilidad de la entidad de salud de reducir la discriminación. Flores (2023) encontró que las competencias interculturales se relacionan significativamente con las acciones de prevención de anemia ($r=0.333$). En contraste, Palomino (2023) concluyó que no existe un vínculo significativo entre la salud intercultural y la promoción de la salud en el Centro de Salud Pueblo Libre ($p=0.715$; $\rho=0,020$). A pesar de las normativas, persisten deficiencias en la gestión, evidenciadas en la falta de capacitación del personal en idioma e infraestructura (Flores, 2023).

El estudio empleó un diseño cuantitativo y correlacional con una muestra total de 78 trabajadores de la Micro Red Vinchos. Los resultados descriptivos revelaron que tanto la salud intercultural (50%) como la promoción de la salud (37.2%) se perciben en nivel regular, indicando deficiencias a intervenir. El análisis Rho de Spearman confirmó una relación significativa, positiva y moderada entre ambas variables ($p\text{-valor}=0.000$; $\rho=0.731$). La correlación más fuerte se observó con la utilización de intérpretes ($\rho=0.764$). Se menciona que, la mejora de la salud intercultural generará mejoras en la promoción de la salud en el establecimiento.

Métodos

El diseño metodológico del estudio fue de enfoque cuantitativo, de tipo aplicada y de nivel correlacional. Su diseño fue no experimental – transversal. La población total (y muestra por censo) fue de 78 trabajadores de salud de la Micro Red Vinchos. La técnica de recolección fue la encuesta, empleando el cuestionario (de 20 ítems cada uno) como instrumento. Los cuestionarios se basaron en instrumentos elaborados y validados previamente por (Palomino, 2023) se verificó su confiabilidad mediante el estadístico Alfa de Cronbach, obteniendo valores de 0.89 para la variable 1 y 0.86 para la variable 2.

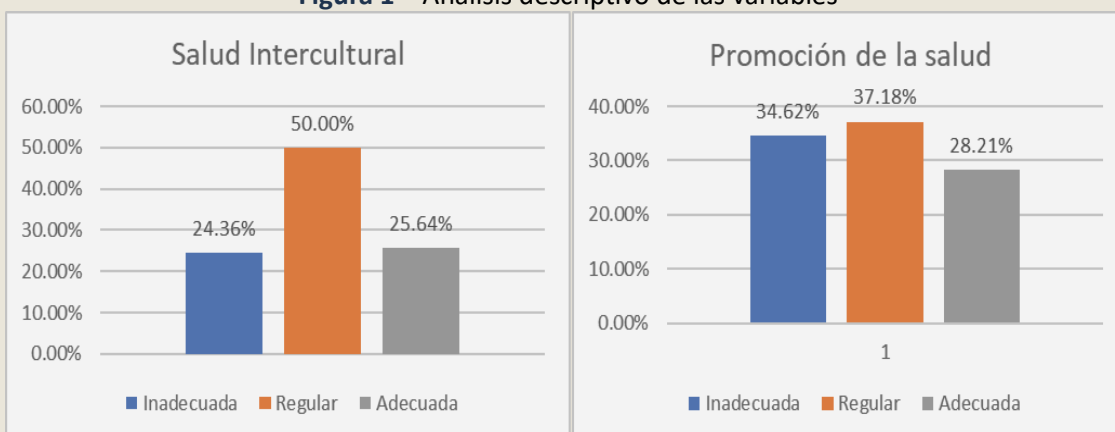
El procesamiento de los datos, tanto descriptivos como inferenciales, se realizó con Microsoft Excel y SPSS-v26. Primero se evaluó la normalidad de los datos mediante la prueba Kolmogorov – Smirnov. Dado que los resultados indicaron que los datos no presentaban una distribución normal, se empleó la prueba no paramétrica Rho de Spearman para contrastar las hipótesis

Resultados

Los hallazgos descriptivos de las variables se basaron en la opinión de los 78 trabajadores de salud de la Micro Red de Vinchos. Se identificó que la percepción general sobre la salud intercultural es de nivel medio/regular, según el 50% de los encuestados. Una proporción considerablemente menor la considera adecuada (25.64%) o inadecuada (24.36%).

En cuanto a la variable promoción de la salud, el 37.18% la calificó como de nivel regular. Sin embargo, el 34.62% la consideró inadecuada, mientras que el 28.21% la calificó como adecuada. Estos datos sugieren que existe una mayor proporción de colaboradores que perciben deficiencias a mejorar en la promoción de la salud.

Figura 1 – Análisis descriptivo de las variables



Fonte: Elaborado por el autor.

Para la contrastación de las hipótesis, se aplicó la prueba estadística no paramétrica Rho de Spearman, ya que la prueba de normalidad de Kolmogorov – Smirnov (para muestras $n > 50$) indicó que los datos no presentaban una distribución normal. Cabe señalar que, el valor de significancia (Sig.) de la variable “promoción de la salud” fue 0.034, resultando inferior al 5% (nivel de significancia), lo cual justificó el uso de una prueba no paramétrica (ver tabla 1).

Tabla 1 – Prueba de normalidad

	Kolmogorov-Smirnova		
	Estadístico	gl	Sig.
Salud intercultural	0.096	78	0.074
Promoción de la salud	0.105	78	0.034

Fonte: Elaborado por el autor.

En cuanto a la hipótesis general fue aceptada, por lo cual se indicó que: la salud intercultural se relaciona de manera significativa con la promoción de la salud en la Micro Red de Vinchos, Huamanga – 2024. El p-valor obtenido fue 0.000 (inferior al nivel de significancia de 0.05), y el coeficiente de correlación (Rho) fue de 0.731. Este resultado indica una relación positiva y de grado moderado, sugiriendo que la mejora de la salud intercultural generará, consecuentemente, mejoras en la promoción de la salud (ver tabla 2).

Tabla 2 – Correlación Rho de Spearman de la hipótesis general

Promoción de la salud			
Rho de Spearman	Salud intercultural	Coefficiente de correlación	,731**
		Sig. (bilateral)	0.000
		N	78

Nota. * La correlación es significativa en el nivel 0,01 (bilateral)

Fonte: Elaborado por el autor.

El análisis de la Correlación Rho de Spearman para las cinco dimensiones de la salud intercultural y la promoción de la salud, reveló una relación significativa y positiva en todos los casos. La significancia bilateral fue de 0.000 en todas las correlaciones, confirmando la relevancia estadística de los hallazgos. La fuerza de la relación es generalmente de grado moderado, variando desde la más fuerte observada en la Utilización de intérpretes (Rho=0.764) hasta la Competencia cultural (Rho=0.673) (ver tabla 3).

Tabla 3 – Correlación Rho de Spearman de las dimensiones de la variable 1 y variable 2

			Promoción de la salud
Rho de Spearman	Sensibilización y concientización	Coefficiente de correlación Sig. (bilateral) N	,705** 0.000 78
Rho de Spearman	Diseño de programa	Coefficiente de correlación Sig. (bilateral) N	,704** 0.000 78
Rho de Spearman	Utilización de intérpretes	Coefficiente de correlación Sig. (bilateral) N	,764** 0.000 78
Rho de Spearman	Participación comunitaria	Coefficiente de correlación Sig. (bilateral) N	,725** 0.000 78
Rho de Spearman	Competencia cultural	Coefficiente de correlación Sig. (bilateral) N	,673** 0.000 78

Fonte: Elaborado por el autor.

Discusión

El propósito central de esta investigación fue determinar la relación existente entre la salud intercultural y la promoción de la salud en la Micro Red de Vinchos, Huamanga – 2024. Teóricamente, se entiende que la salud intercultural implica que los profesionales consideren los conocimientos, creencias y prácticas de salud de las poblaciones atendidas (Pesantes, 2020), mientras que la promoción de la salud es una disciplina fundamental que busca aumentar el bienestar de la población centrándose en los determinantes de riesgo y resiliencia (De La Guardia & Ruvalcaba, 2020). Los resultados inferenciales del estudio validaron esta conexión teórica al determinar que la salud intercultural se relaciona de manera significativa con la promoción de la salud (p -valor=0.000; $Rho=0.731$), indicando que, al mejorarse la salud intercultural en el establecimiento, también se generarán mejoras en la promoción de la salud.

Este hallazgo principal contrasta con el estudio de Palomino (2023), que, si bien abordó variables similares, concluyó que no existía un vínculo significativo entre la salud intercultural y la promoción de la salud en su centro de estudio específico ($p=0.715$; $rho=0.020$). No obstante, los resultados obtenidos son respaldados por otros antecedentes que validan la importancia del enfoque intercultural para la calidad y pertinencia de los servicios de salud. Por ejemplo, Ortega (2024) concluyó que una mejor

percepción del enfoque intercultural contribuye positivamente a la calidad de los servicios de atención obstétrica ($r=0.748$; $p\text{-valor}=0.000$). Del mismo modo, el estudio de Montalvo *et al.* (2022) aseveró que el enfoque intercultural y el programa de promoción de la salud están relacionados, y que el establecimiento de salud tiene la responsabilidad de reducir la discriminación y exclusión. Además, la percepción descriptiva de los trabajadores en Vinchos, donde el 50% consideró que la salud intercultural y el 37.18% que la promoción de la salud se ejerce a un nivel regular, refuerza la necesidad de intervención para alcanzar el modelo integral buscado, el cual debe transformar la dinámica social y promover estrategias de salud con identidad y cercanía efectiva a la comunidad, como lo sugieren Veliz *et al.* (2019) y Aguilar *et al.* (2020).

Al profundizar en las dimensiones específicas, la discusión revela que la utilización de intérpretes se encontró como la dimensión con la correlación más fuerte ($Rho=0.764$; $p\text{-valor}=0.000$). Esto subraya que la barrera idiomática y la necesidad de mediadores son el punto de mayor impacto en la Micro Red de Vinchos. Finalmente, es coherente con las deficiencias operacionales reportadas en el plano nacional, donde Flores (2023) indicó la falta de capacitación al personal de salud en cuanto al idioma y la carencia de intérpretes, condicionando una promoción de la salud inadecuada. Asimismo, la dimensión de Competencia Cultural se relaciona significativamente con la promoción de la salud ($Rho=0.673$; $p\text{-valor}=0.000$). Los resultados descriptivos mostraron que el 53.85% de los colaboradores perciben sus competencias culturales como de nivel regular. Esta situación se alinea con la literatura que indica la necesidad de mejorar las habilidades del personal para interactuar con otras culturas (MCLCP, 2021).

Consideraciones finales

La conclusión principal a la que se arribó fue que la salud intercultural se relaciona de manera significativa con la promoción de la salud en la Micro Red de Vinchos, Huamanga – 2024. Este vínculo es significativo ($p\text{-valor}=0.000$) y el coeficiente de correlación de Rho fue de 0.731, lo que indica una relación positiva y de grado

moderado. En este sentido, la investigación concluye que, si se mejorase la salud intercultural en dicho establecimiento, esto generaría, de igual manera, mejoras en la promoción de la salud.

En el análisis de las hipótesis específicas, todas las dimensiones de la salud intercultural demostraron una relación significativa con la promoción de la salud, dado que el p-valor resultó ser 0.000 en todos los casos. La dimensión con la relación más fuerte fue la utilización de intérpretes ($Rho=0.764$), seguida por la participación comunitaria ($Rho=0.725$), sensibilización y concientización ($Rho=0.705$) y el diseño de programas ($Rho=0.704$). La relación menos fuerte, aunque significativa, se encontró en la competencia cultural ($Rho=0.673$). Estos hallazgos implican que la mejora en cualquiera de estas dimensiones de la salud intercultural generará, a su vez, mejoras en la promoción de la salud.

Respecto a los aportes del estudio al acervo científico, este es relevante en varios planos. En el plano teórico, el estudio aborda la salud intercultural y la promoción de la salud, temas respaldados por teorías existentes, contribuyendo al soporte y mayor conocimiento teórico de las mismas. Al ser un tema poco abordado en el plano local, se convierte en un antecedente importante para futuros investigadores. En el ámbito práctico, el estudio es relevante porque puso en evidencia las deficiencias y carencias presentes en la Micro Red de Vinchos referentes a ambas variables, lo cual es vital para que las autoridades ejerzan acciones de mejora. Finalmente, en el plano metodológico, se utilizaron instrumentos validados que fueron sometidos a un nuevo juicio de expertos y se verificó su confiabilidad mediante el estadístico Alfa de Cronbach, obteniendo valores de 0.89 y 0.86, lo que contribuyó a la obtención de información valiosa.

Agradecimientos y reconocimientos

La autora agradece a la institución objeto de estudio por su disposición y colaboración que le ofrecieron, por facilitar el acceso a información necesaria para el desarrollo de la presente indagación. Asimismo, se extiende el reconocimiento a los trabajadores que participaron de forma voluntaria en el proceso de recolección de datos.

Referencias

- AGUILAR, M., TOBAR, M.; GARCÍA-PERDOMO, H. A. Salud intercultural y el modelo de salud propio indígena. *Rev. Salud Pública*, v. 22, n. 4, p. 463-467, 2020.
- ARISTIZÁBAL, G.; BLANCO, D.; SÁNCHEZ, A.; OSTIGUÍN, R. El modelo de promoción de la salud de Nola Pender. Una reflexión en torno a su comprensión. *Enfermería universitaria*, v. 8, n. 4, p. 16-23, 2011.
- BELTRÁN-VÉLIZ, J.; TEREUCÁN ANGULO, J.; ALARCÓN, A.; GÁLVEZ-NIETO, J.; LOEBEL, M. Fundamentos éticos que sustentan la relación mapuche y naturaleza. Aportes para una salud intercultural. *Acta bioethica*, v. 28, n. 1, p. 19-24, 2022.
- DE LA GUARDIA, M.; RUVALCABA, J. La salud y sus determinantes, promoción de la salud y educación sanitaria. *Journal of Negative and No Positive Results*, v. 5, n. 1, p. 81-90, 2020.
- DEL PINO, S.; GÓMEZ, S. Construyendo salud intercultural en América Latina. Avanzando hacia la equidad. *Revista Electrónica Iberoamericana (REIB)*, v. 16, n. 2, p. 123-144, 2022.
- DIARIO EL PERUANO. Los desafíos en salud para el 2023. El Peruano, [S. l.], 17 de febrero de 2023. Disponible en: <https://elperuano.pe/noticia/204782-los-desafios-en-salud-para-el-2023>. Acceso: 28 oct. 2025.
- EROZA, E.; CARRASCO, M. La interculturalidad y la salud: reflexiones desde la experiencia. *LuminaR Estudios Sociales y Humanísticos*, v. 8, n. 1, p. 112-128, 2020.
- ESPINOZA-PORTILLA, E.; GIL-QUEVEDO, W.; AGURTO-TÁVARA, E. Principales problemas en la gestión de establecimientos de salud en el Perú. *Revista Cubana Salud Pública*, v. 46, n. 4, p. 1-16, 2020.
- FLORES, J. *Evaluación de la gestión de los servicios de salud con enfoque intercultural en comunidades indígenas de Condorcanqui – Amazonas, 2023*. 2023. Tesis (Maestría en Gestión de los Servicios de la Salud) – Programa Académico de Maestría en Gestión de los Servicios de la Salud, Universidad César Vallejo, Chiclayo, 2023.
- FONDO DE POBLACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS. *Material de apoyo para la sensibilización en salud intercultural*. Dirigido a facilitadores interculturales. UNFPA, 2017. Disponible en: <https://peru.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/Folleto%20SALUD%20INTERCULTURAL%20FINAL.pdf>. Acceso: 28 oct. 2025.
- Girona, M. (01 de febrero de 2021). Promoción de la salud y convivencia intercultural en el marco de la emergencia sanitaria. EASP, [S. l.], 01 de febrero de 2021. Disponible en: <https://www.easp.es/web/blogps/2021/02/01/promocion-de-la-salud-y-convivencia-intercultural-en-el-marco-de-la-emergencia-sanitaria/>. Acceso: 28 oct. 2025.

GUEVARA, M.; MARRUFO, M. La Promoción de la Salud en el contexto de la Pandemia de COVID 19. *Espacio abierto. Cuaderno Venezolano de Sociología*, v. 30, n. 2, p. 66-86, 2021.

HENCKELL, C. Incorporación del enfoque intercultural al sistema de atención de salud. *Saber Servir*, n. 7, p. 153-171, 2022.

HERNÁNDEZ-VÁSQUEZ, A. Promoción de la salud oral y perspectivas para el 2020 de la Revista Peruana de Medicina Experimental y Salud Pública. *Rev Peru Med Exp Salud Publica*, v. 36, n. 4, p. 551-552, 2019.

LI, S.; MILES, K.; GEORGE, R.; ERTUBEY, C.; PYPE, P. A critical review of cultural competence frameworks and models in medical and health professional education: A meta-ethnographic synthesis: BEME Guide No. 79. *Medical Teacher*, v. 45, n. 10, p. 1085-1107, 2023.

MAIRAL, M.; PALOMARES, V.; DEL BARRIO, N.; ATARÉS, A.; MIÑES, T. Madeleine leininger, artículo monográfico. *Revista Sanitaria de Investigación*, v. 2, n. 4, 2021.

MARINHA, M. Salud y Desigualdad en América Latina y el Caribe: La centralidad de la salud para el desarrollo social inclusivo y sostenible. División de Desarrollo Social – CEPAL, 2023. Disponible en: https://www.cepal.org/sites/default/files/presentations/maria_luisa_marinho_panel_1_0.pdf. Acceso: 28 oct. 2025.

MESA DE CONCERTACIÓN PARA LA LUCHA CONTRA LA POBREZA. *Aportes para la construcción de una Salud Intercultural en el ámbito amazónico*. MCLCP, 2021. Disponible en: <https://www.mesadeconcertacion.org.pe/storage/documentos/2021-03-04/salud-intercultural-compressed-compressed.pdf>. Acceso: 28 oct. 2025.

MONTALVO, A.; MORENO, G.; SOTELO, J. *Propuesta de mejora en la gestión de la implementación del enfoque de interculturalidad al Programa de Promoción de la Salud en la Microred Monzón - Red Leoncio Prado*, período 2020 - 2022. 2022. Tesis (Maestría en Gestión Pública y Privada de la Salud) – Escuela de Posgrado, Universidad Continental, Huncayo, 2022.

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL PARA LAS MIGRACIONES. Sistematización de buenas prácticas. Buenos Aires: OIM, 2022. Disponible en: <https://innovamigracion.iom.int/sites/g/files/tmzbdl2401/files/2022-10/03%20-%20Acceso%20a%20salud%20de%20migrantes%20con%20abordaje%20intercultural%20Región%20Valparaíso%20-%20Chile%20%28Buenas%20Prácticas%20-%20KM%20Hub%202022%29.pdf>. Acceso: 28 oct. 2025.

ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD. *Promoción de la Salud*. OPS, [S. I.], 2023. Disponible en: <https://www.paho.org/es/temas/promocion-salud>. Acceso: 28 oct. 2025.

ORTEGA, G. *Enfoque intercultural y servicios de atención percibido por usuarios de obstetricia del Centro de Salud Talavera Apurímac 2024*. 2024. Tesis (Posgrado en Obstetra) – Universidad Nacional de San Antonio Abad del Cusco, Andahuaylas, 2024.

PALOMINO, V. (2023). *Salud intercultural y promoción de la salud en el Centro de Salud Pueblo Libre, Moyobamba - 2023*. 2023. Tesis (Maestría en Gestión Pública) – Escuela de Posgrado, Universidad César Vallejo, Tarapoto, 2023.

PÉREZ, C. *Salud Intercultural desde la visión de usuarios y prestadores de salud de las comunas de Cañete y Tirúa*. 2015. Tesis (Posgrado en Psicología de la Salud) – Programa de Magíster en Psicología, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Concepción, 2015.

PESANTES, M. *¿Y la salud intercultural?: Lecciones desde la pandemia que no debemos olvidar*. *Mundo amazónico*, v. 11, n. 2, p. 93-110, 2020.

VELIZ, L.; BIANCHETTI, A.; SILVA, M. *Competencias interculturales en la atención primaria de salud: un desafío para la educación superior frente a contextos de diversidad cultural*. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 35, n. 1, p. 1-11, 2019.

Capítulo IX



Carta do II Encontro Nacional de Municípios Plurilingues (II ENMP)

O Brasil é frequentemente representado como um país monolíngue. No entanto, é um território multilíngue, onde aproximadamente 350 línguas são faladas cotidianamente. O censo demográfico realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta a existência de cerca de 274 línguas indígenas no país, inclusive línguas indígenas de sinais, como a dos Ka'apor e dos Terena. Pesquisas indicam, ainda, cerca de 80 línguas faladas por descendentes de imigrantes em vários municípios brasileiros, como é o caso do talian, pomerano, hunsrückisch, polonês, russo, entre outras. Igualmente há as línguas afro-brasileiras e as que se intercalam, como é o caso dos crioulos galibi marworno, karipuna do Norte e palikur, falados na região do Oipoque, na fronteira do Brasil com a Guiana Francesa, e do Portunhol, na fronteira com países hispano falantes. Nos últimos anos, esse multilinguismo tem sido tematizado no país, culminando em políticas públicas voltadas à promoção das línguas. **O Encontro Nacional de Municípios Plurilingues representa uma das mais importantes ações de valorização e ampliação desse multilinguismo, constituindo-se no único fórum que tematiza e aprimora a Política de Cooficialização de Línguas por Municípios Brasileiros.** O ENMP alinha-se, portanto, a outras iniciativas que marcam importantes avanços no campo dos direitos linguísticos no país. Citemos:

Em 1988, a Constituição Federal garantiu para a **população indígena o seu direito às práticas educacionais e culturais nas suas línguas.**

Em 2002, a lei federal no. 10.436 instituiu o direito à **educação em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)** para a população surda, e sua regulamentação pelo Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005 valorizou e ampliou os espaços de usos dessa língua.

Em 2004, inspirado na política de reconhecimento e registro dos bens imateriais desenvolvida pelo Ministério da Cultura (MinC), o IPOL encaminhou uma demanda à Comissão de Educação e Cultura da Assembleia Legislativa Federal para que fossem tomadas providências para que também as línguas brasileiras, em sua totalidade – indígenas, alóctones (imigração), crioulas, afro-brasileiras e de sinais – fossem consideradas parte do patrimônio imaterial da nação. Fortalecendo a ação encaminhada pela comunidade Talian, em 2002, para reconhecimento do patrimônio cultural ligado a esta língua, a ação do IPOL desencadeou um processo legislativo e executivo que resultaria na **Política do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL)** destinada a conhecer as realidades multilíngues do país e reconhecer as línguas brasileiras como patrimônio cultural e imaterial, conduzida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Instituído em 2010 pelo **Decreto Federal 7.387/2010**, o INDL acarretou a realização de debates e seminários públicos, a formulação de um guia metodológico e a realização de projetos pilotos. Em 2014, em seminário aberto, foram entregues os 3 (três) primeiros certificados de *Referência Cultural Brasileira* aos falantes das línguas Guarani Mbya, Assurini do Trocará e Talian. Desde então, somam-se 7 (sete) línguas reconhecidas - Guarani-Mbyá (regiões sul e sudeste), Asuriní do Trocará (Tocantins); Matipu, Nahukwa, Kuikuro e Kalapalo (Alto-Xingu) e Talian (região sul: colônias velhas) – e outras foram inventariadas e aguardam a certificação, como é o caso das línguas hunsrückisch (Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Espírito Santo); LIBRAS (Grande Florianópolis e amostragem em todo o país); ianomami (Médio Rio Negro, Amazonas, e fronteira Brasil/Venezuela) e pomerano (Espírito Santo e amostragem de outros Estados). Outras tantas estão em processo de inventário.

A estas iniciativas soma-se, portanto, a **política de cooficialização de línguas por Municípios**.

Em 2002, São Gabriel da Cachoeira, Amazonas, por meio de uma lei municipal, cooficializou as línguas tukano, nheengatu e baniwa, juntamente com o português. Essa

ação inaugurou uma nova jurisprudência para os direitos linguísticos no país, uma vez que somente o português gozava, até então, do estatuto de língua oficial. A partir de 2007, a cooficialização chegou também a municípios com grande população falante de línguas brasileiras de imigração, como o pomerano, talian, Hunsrückisch, alemão, entre outras, afirmando-se como uma política de forte aderência social. Surgia, assim, uma rede de municípios com línguas cooficiais que se constituiu em interlocutora prioritária dos **Encontros Nacionais de Municípios Plurilingues I e II**.

O **I Encontro Nacional de Municípios Plurilingues** aconteceu em 2015, quando havia 15 municípios com línguas cooficializadas (13, no total). Foi promovido pelo Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística (IPOL), em parceria com o Observatório de Políticas Linguísticas (GP CNPq/UFSC), o Macroprojeto ALMA-H (UFRGS), o Projeto Entrelínguas (UFSM) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e com apoio do Programa de Valorização das Línguas e Culturas Macuxi e Wapichana, do Fórum Permanente das Línguas Brasileiras de Imigração (Forlibi) e da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos-SC.

O evento constituiu um marco no campo das políticas linguísticas municipais, ao proporcionar um espaço inédito de formação técnica, troca de experiências e articulação interinstitucional. Destacou-se, ainda, pela oferta de um minicurso voltado à formação de gestores de políticas linguísticas do Brasil, enfatizando a necessidade de qualificação para a gestão pública em contextos multilíngues. Esse impulso promoveu um crescimento notável no número de municípios e línguas cooficializadas, em todo o território nacional. Assim, em agosto de 2025, 56 diferentes línguas, incluindo línguas indígenas de sinais, passaram a ter o estatuto de cooficiais em 89 municípios e 3 estados brasileiros (*Cf. [Repositório Brasileiro de Legislações Linguísticas](#)*).

Frente a esse contexto, a Cátedra UNESCO em Políticas Linguísticas para o Multilinguismo (UCLPM) e o Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística (IPOL) reafirmaram o compromisso com a promoção de políticas linguísticas plurais e inclusivas e promoveram o **II Encontro Nacional de Municípios Plurilingues (II ENMP)**.

O evento aconteceu nos dias **1 e 2 de setembro de 2025** na **Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)** e reuniu gestores públicos, pesquisadores, educadores,

agentes culturais e comunidades linguísticas, com o objetivo de tematizar os processos de regulamentação e implementação das leis de cooficialização. Em formato híbrido, o evento promoveu atividades presenciais, como mesas-redondas, palestras e workshop, e comunicações orais realizadas de forma online, ampliando o alcance e a participação de todos os interessados.

Considerando a relevância histórica das políticas que reconhecem e promovem as línguas brasileiras como cooficiais em vários municípios e considerando que estas são políticas de gestão compartilhada, que dialogam com outras iniciativas em todos os níveis de governo, os participantes do II ENMP recomendam:

1. A instituição de Conselhos paritários para a gestão das línguas pelos municípios reconhecidamente plurilíngues;
2. A promoção, pelos municípios, de uma política de divulgação e informação sobre a cooficialização de línguas, dando a conhecer experiências exitosas no âmbito da regulamentação e da implementação de leis;
3. A adoção, pelos municípios com línguas cooficializadas, de medidas visando a regulamentação das leis. Para tanto, deve-se dar prioridade a estratégias para conhecer as demandas dos falantes e sistematizá-las como parte das políticas públicas;
4. A constituição de uma Organização (ou Articulação) de Municípios Plurilingues no Brasil. Para dar andamento a este propósito, os participantes nomeiam a seguinte Comissão: representantes de Municípios participantes do II ENMP: Sintia Bausen e Fabiano Schmidt, representando Santa Maria de Jetibá, Espírito Santo, e Valdinei Cardoso Coutinho e Giorzane Rigo Cremasco, representando Itueta, Minas Gerais e Altamiro Antônio Kretzer, representando Antônio Carlos, Santa Catarina. Caberá a Comissão propor uma agenda de trabalho com vistas a definir o estatuto, atribuições e formas de funcionamento da referida

Organização (ou Articulação); representante da Cátedra Unesco PLM: Gilvan Müller de Oliveira; representante do IPOL: Rosângela Morello;

5. A elaboração de uma Moção de Apoio à criação do Conselho Nacional da Diversidade Linguística proposto pela Coordenação da Diversidade Linguística do Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI) do Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Ministério da Cultura, Governo Federal. Com uma composição interinstitucional, interministerial e com participação da sociedade civil, tal Conselho é fundamental para a execução da política do INDL;
6. A promoção, pelo IPHAN, de uma política de divulgação e informação sobre o INDL direcionada especialmente aos gestores municipais e estaduais;
7. A realização de ações de sensibilização, valorização e fortalecimento da diversidade linguística pelas Secretarias de Educação e de Cultura de Estados e Municípios;
8. A promoção pelo Estado e todas as suas instâncias representativas (Estados Confederados e Municípios) de políticas de formação de tradutores e intérpretes com o objetivo de incluir nos serviços públicos os cidadãos que não são falantes do português como primeira língua;
9. A implementação de políticas de mapeamentos demolinguísticos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), no âmbito da educação, e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em todo o território nacional.

Estas recomendações representam um entendimento comum dos participantes do II ENMP e visam a contribuir para o efetivo exercício de uma cidadania multilingue no Brasil.

Florianópolis, 02 de setembro de 2025.



**II ENCONTRO NACIONAL
DE MUNICÍPIOS PLURILÍNGUES**